



Na sequência das discussões ocorridas na ASSUFRGS, ADUFRGS e DCE, e dos dois debates públicos, o Conselho Universitário aprovou, no dia 9 de abril, o mérito da implantação do Parque Tecnológico, que será construído no Câmpus do Vale. O objetivo principal do projeto é promover o desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, com a participação de empresas e outras organizações da sociedade civil. A interação com esses setores é antiga; atualmente a Universidade mantém quatro incubadoras tecnológicas e uma de cooperativas populares. A pauta agora é discutir como será feita a gestão do Parque e o que deve constar em seu regimento. **Página Central**

Sinal verde ao Parque Tecnológico

GAGUEIRA

Quanto mais cedo tratar, melhor

Ela ainda não tem cura, mas uma coisa já é certa: ansiedade, nervosismo ou estresse não causam a gagueira. A ciência demonstra que a origem do distúrbio está na dificuldade do cérebro de articular a linguagem, e por isso o tratamento mais indicado ainda é o fonoaudiológico. Segundo a médica e pesquisadora da área Anelise Bohnen, enquanto uma criança com o problema tem altas chances de melhora, um adulto pode precisar de terapia por toda a vida. Apesar disso, o futuro é promissor: um grupo de pesquisa da Califórnia promete para 2013 uma medicação capaz de reverter por completo os sintomas da doença. **P11**

TERREMOTO NO CHILE Especialistas analisam dimensões do drama vivido pela população

Página 10

EDUCAÇÃO

A luta para implementar a lei que resgata a memória dos afro-brasileiros

Página 6

LIXO ELETRÔNICO

Volume e substâncias tóxicas ameaçam a saúde e o ambiente



Sucateamento acelerado, descarte crescente e a falta de um sistema organizado de coleta e reciclagem fazem do lixo eletrônico um dos desafios ambientais do mundo no século XXI. Especialmente no Brasil, onde ainda não há lei específica para o descarte de computadores, celulares, televisores, geladeiras, brinquedos e tantos outros produtos eletrônicos. Poucas são as empresas que fazem a separação correta dos componentes, incluindo metais, plásticos e substâncias perigosas, como os metais pesados. Há também algumas ONGs que trabalham com a recuperação de computadores considerados ultrapassados para posterior doação a pessoas de baixa renda. Mas grande volume de sucata eletrônica vai parar nos aterros sanitários, podendo prejudicar a saúde humana e o ambiente. **P5**

MÚSICA ERUDITA

Caminhando e tocando

Depois de ter como sede a UFRGS e o Teatro Leopoldina e de utilizar o Palácio Piratini como local de ensaios, a Orquestra Sinfônica de Porto Alegre (OSPA) ocupa o Armazém 3 do Cais do Porto até que o complexo projetado para o Parque da Harmonia esteja construído. Este ano, a orquestra investe na contratação de novos músicos e reúne verbas para erguer seu primeiro espaço próprio. "Vejo com tristeza a situação de hoje a OSPA ter a chance de possuir uma casa. É preciso fazer um esforço sobre-humano para conseguir recursos e tocar adiante", lamenta o presidente da Fundação, Ivo Nesralla. Responsável por levar a música erudita ao interior do estado, a OSPA depende quase exclusivamente de financiamento público para a sua manutenção. Para este ano, a cifra é de 7,5 milhões. **P13**

DESASTRES

Centro ampara Defesa Civil



Um acordo de cooperação entre Secretaria Nacional e Coordenadoria Estadual de Defesa Civil e a UFRGS possibilitou a criação do segundo CEPED brasileiro. O Centro Estadual de Ensino e Pesquisas em Desastres é multidisciplinar e tem como missão desenvolver programas de ensino, pesquisa e extensão em problemas relacionados a desastres naturais e antropogênicos. Uma das primeiras ações em andamento consiste na instalação de 30 estações meteorológicas para coleta de dados climáticos. Com um pedestal, painel solar e chip de armazenamento, possuem monitoramento automático de chuva, temperatura e umidade relativa do ar. Conforme Rita de Cássia Alves, diretora do Centro de Sensoriamento Remoto e Meteorologia da UFRGS e coordenadora do projeto Finep que patrocinou as estações, objetiva-se aumentar a confiabilidade dos modelos de previsão. A excelência nesse tema poderia minimizar os danos em eventos como as enchentes recentemente ocorridas no Rio de Janeiro. **P7**





Espaço da Reitoria

Carlos Alexandre Netto
Reitor

Tecnologia e Sustentabilidade

A ação humana está conduzindo o planeta a um estado crítico. O uso indiscriminado dos recursos naturais, a extinção de espécies animais e vegetais e o aquecimento global parecem levar, inexoravelmente, a uma condição conforme a qual nossos descendentes terão de desenvolver adaptações a cenários graves e de difícil definição. Aprendemos com o renomado climatologista, o doutor Carlos Nobre – que brindou a comunidade universitária com a brilhante Aula Magna que inaugurou o semestre 2010/1 –, que a ação antrópica causou o aumento da concentração atmosférica de gases do efeito estufa (principalmente metano, dióxido de carbono e óxido nítrico) a níveis nunca antes registrados. Tudo indica que o aquecimento resultante já tem efeitos mensuráveis, como o degelo do Ártico no verão. Se tal fenômeno não for ao menos parcialmente revertido, a temperatura média global subirá entre 2 e 5 graus centígrados até o final do século; os níveis dos oceanos poderão subir alguns metros. Apesar dessas evidências e dos preocupantes cenários futuros, ainda são fracas as iniciativas que cientistas ambientais e políticos vêm

desenvolvendo para discutir soluções possíveis, bem como indicar as necessárias políticas públicas. O Painel Intergovernamental sobre o Clima, que reuniu esforço planetário, acabou tendo efeito aquém do desejado, devido à fraca adesão dos países responsáveis pela emissão do maior volume de gases de efeito estufa. Independentemente de ideologias e regimes, já que China e Estados Unidos têm posições similares, a pressão pelo lucro derivado da produção industrial de larga escala a partir de combustíveis fósseis prevalece sobre a demanda urgente da sustentabilidade planetária.

A questão da sustentabilidade é transversal, perpassa inúmeras disciplinas e interessa a todo cidadão consciente. Casa de conhecimento e saber, a Universidade reflete sobre e estuda esse tema de elevada complexidade. Cabe à UFRGS, como local de pesquisa e de inovação, dar um passo além e assumir o desafio de desenvolver pesquisa básica e inovação tecnológica capaz de incentivar o desenvolvimento sustentável. Tecnologias chamadas verdes já são disponíveis, inclusive para a produção de plásticos; e sempre é bom lembrar a liderança do Brasil na área de

biocombustíveis, desenvolvidos em parcerias entre centros de pesquisa e universidades. Esse desafio maiúsculo, que certamente irá engajar muitos de nossos grupos de pesquisa, contará brevemente com um local especial: o Parque Tecnológico da UFRGS. Recentemente aprovado pelo Conselho Universitário (Consun) por ampla maioria, o Parque irá delimitar, no Câmpus do Vale, um espaço físico no qual laboratórios especializados e inovadores irão interagir diretamente com empresas públicas e privadas, bem como com organizações de outras naturezas. Criado como Órgão Especial de Apoio, a governança do Parque estará subordinada ao Consun; seu estatuto e regimento passam agora a ser discutidos pelo conjunto da comunidade. A partir do Parque será possível expandir as mais de 700 parcerias institucionais já firmadas, bem como as atividades das incubadoras tecnológicas. Espaço institucional de inovação, com potencial de criação de novos produtos, geração de empresas, de emprego e de riqueza. Espaço de futuro para o desenvolvimento sustentável; ciência, tecnologia e inovação a serviço da sociedade.

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha, Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Carlos Alexandre Netto
Vice-reitor
Rui Vicente Oppermann
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
Flávio Porcello

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497

Conselho Editorial
Cassiano Kuchembecker Rosing, Cesar Zen Vasconcelos, Daltro José Nunes, Edson Luiz Lindner, Fernando Cotanda, Flávio Porcello, Maria Heloisa Lenz, Maria Henriqueta Luce Kruse, Ricardo Schneiders e Rudimar Baldissera

Editora-chefe
Ánia Chala
Repórteres
Caroline da Silva e Jacira Cabral da Silveira
Projeto gráfico
Juliano Brunl Pereira e Aluisio Pinheiro
Diagramação
Aluisio Pinheiro
Fotografia
Cáudio Andrade e Flávio Dutra
Revisão
Antônio Falcetta
Bolsistas
Ariel Fagundes, Carlos Eduardo Caldas de Souza, Diego Mandarino, Maria Elisa Lisboa e Natália Blumberg
Circulação
Márcia Fumagalli
Fotótipos e impressão
Gráfica da UFRGS
Tiragem 12 mil exemplares

Mural do leitor

jornal@ufrgs.br

Prédios históricos

Escrevo motivado pela matéria da página 3 da edição de março de 2010. Sou ex-aluno da UFRGS e, como historiador, estou envolvido em questões relativas ao patrimônio, especificamente no que dizem respeito à saúde, pois todo meu trabalho acadêmico gira em torno desse tema, bem como a função que desempenho. Já há algum tempo enviei um e-mail ao Setor de Patrimônio da Universidade "alertando" para o fato de haver uma "goteira" molhando a fachada lateral do prédio histórico da Faculdade de Medicina. Trata-se, penso eu, de um cano de ar-condicionado. Enfim, algo facilmente resolvido com a instalação de uma mangueira! Em um primeiro momento, lá em janeiro, o pessoal [do Patrimônio] até respondeu. Mas a situação continua, e eu fiz mais dois contatos. Está tudo igual. Escrevo apenas para solicitar que articulem com os responsáveis uma solução, porque acaba ficando estranho, ao meu ver, um empenho tão grande em mostrar as melhorias e o trabalho bem-feito em alguns prédios, enquanto outros nem por medidas preventivas passam. Fica parecendo "arruma numa ponta, estraga em outra".

Éverton Quevedo, Diretor do Museu de História da Medicina do Rio Grande do Sul

Gata Mimi I

Que matéria maravilhosa, tantas histórias da Universidade, a morte daquela peludinha a pauladas, agora esta reportagem sobre a gata Mimi. Que exemplo os protetores têm tido: inúmeros imprevistos com colégios, repartições públicas e até no teatro São Pedro, que não quer bichos lá. Esta matéria tinha de sair em um jornal de grande tiragem para todo o Rio Grande do Sul, para dar esse exemplo de amor, saúde e muita humanidade. Parabéns a toda a redação e ao pessoal da Universidade.

Maria Cristina Abbott, DMAE - Prefeitura de Porto Alegre

Gata Mimi II

Moro em Caxias do Sul e faço parte de ONGs de proteção animal aqui da cidade. Quero parabenizar o jornal pela reportagem e todas as pessoas que estão cuidando dessa gatinha linda. Parabéns pela matéria. Um grande exemplo para todos nós.

Tatiane Baggio, estudante de Psicologia da UCS

Gata Mimi III

Excelente a matéria sobre a gata adotada pela comunidade da Faculdade de Direito da UFRGS. Há alguns anos, essa seria uma atitude impensável. Hoje, vemos diversos locais de comércio em que animais de estimação tornaram-se inclusive uma atração para os clientes. Exemplos disso são uma pequena livraria localizada na Rua Riachuelo, entre a Marechal Floriano e a Borges de Medeiros, na qual dois felinos reinam absolutos, e uma loja de material para artesanato com tecidos, situada na Avenida Venâncio Aires, em que um gato e um cachorro fazem as honras da casa. Espero que, depois da UFRGS, outras instituições de ensino sigam o exemplo.

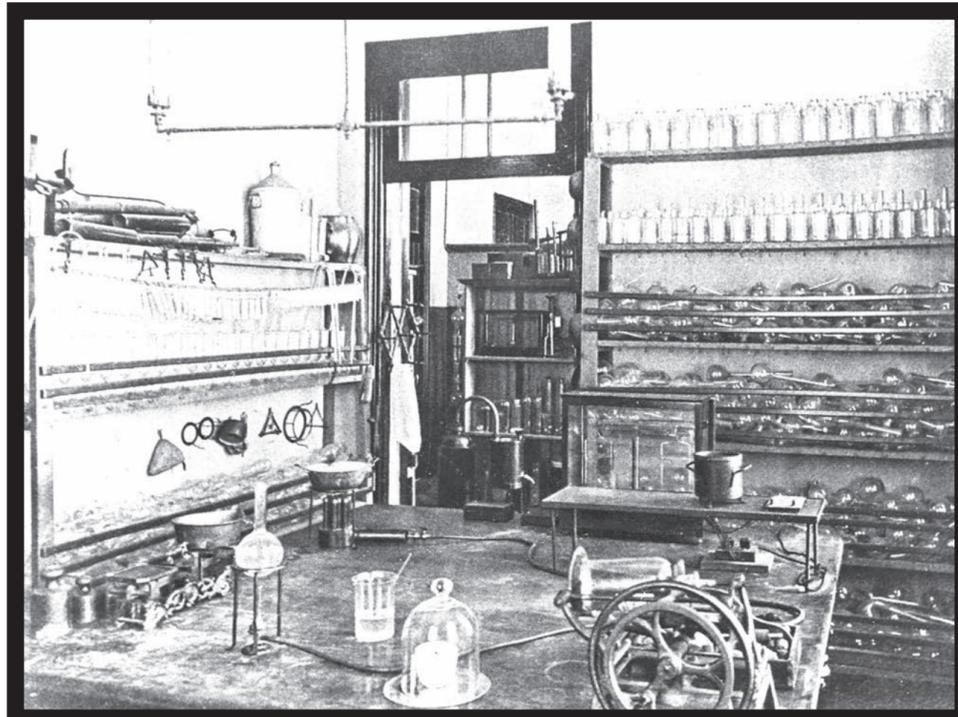
Lúcia Oliveira, aposentada

Mudança de endereço

Os servidores que desejarem ter seus endereços alterados para recebimento de correspondências da UFRGS, como o Jornal da Universidade e o contracheque, devem dirigir-se à Divisão de Cadastro e Registro da Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (Av. Paulo Gama, 110 - 4.º andar). Mais informações pelo telefone 3308-3045.

Memória da UFRGS

ACERVO MUSEU DA UFRGS



Década de 20

Seção do gabinete de Química, localizado no antigo Instituto de Química Industrial do Câmpus Centro, onde hoje funcionam setores administrativos do Anexo II da reitoria.

Enem

Muito oportuno o artigo do professor Luis Augusto Fischer, na edição n.º 124. Apoio todas as suas "cinco acusações contra o ENEM". Também acho que o objetivo inicial de avaliar a aprendizagem dos estudantes foi desvirtuado e dirigido com intenções totalitárias. O Brasil é imenso, múltiplo e dispar. A padronização proposta desprezava trabalhos sérios feitos nos centros mais desenvolvidos, que poderiam ser aproveitados e aperfeiçoados. A experiência vai mostrar que essa busca de controle total é tão artificial quanto foi o Vestibular Unificado proposto nos anos 70 pelos militares. Parece que os administradores públicos não têm aprendido com a História e procuram, de novo, "reinventar a roda"... Fiquei muito preocupada, especialmente com o silêncio de professores e dirigentes em relação à proposta, que tem itens estapafúrdios. Foi tudo imposto e aprovado rapidamente nos Conselhos das universidades federais, sem discussões. Será que todos os questionadores estão, agora, no governo?

Silvia M. Rocha, aposentada

Eleições 2010

Gostaria de sugerir à equipe do Jornal da Universidade uma reportagem sobre os políticos e as campanhas eleitorais, já que este é mais um ano em que teremos de suportar a propaganda obrigatória nos canais de rádio e televisão. E ainda por cima, seremos bombardeados por mensagens indesejadas em nossas caixas de correio eletrônico. Como são desenvolvidas as campanhas? De que forma os candidatos selecionam alguns pontos de seu programa de governo e omitem outros?

Marcos Santanna, professor estadual

Mestres em decadência

É triste constatar a perda de status dos professores: se antes eram vistos como exemplo a ser seguido e, por vezes, como heróis que sobreviviam apesar dos baixos salários, hoje são tratados como ameaça pelo governo gaúcho. Quem circula pela praça Marechal Deodoro já se acostumou a ver os gradis de metal que delimitam o "espaço do choro", ao qual todo tipo de manifestação é confinada em frente ao Palácio Piratini. Constrangidos, os protestos dos manifestantes assumem um tom melancólico. Será que eles se tornaram tão banais a ponto de não merecer mais do que alguns metros de cerca? Fica aqui uma sugestão de pauta para este jornal.

Roberta Santos Marques, técnica em Enfermagem

Aula Magna

Mudanças climáticas: hora de rever paradigmas

Como parte das atividades de abertura do ano letivo de 2010, a aula magna trouxe um dos temas de grande relevância na atualidade: as mudanças climáticas. O professor Carlos Nobre, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) e um dos autores do quarto relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC) – premiado com o Nobel da paz –, palestrou para um Salão de Atos lotado. Ele apresentou dados preocupantes sobre os efeitos do aquecimento global, abordando a questão das chuvas intensas no Brasil nos últimos anos, e criticou um paradigma de nossa sociedade que se mantém desde o Iluminismo: o de que a ciência e a tecnologia trariam soluções para qualquer problema.

De acordo com o pesquisador, o planeta demora 10.000 anos para aumentar a temperatura em 5°C, e a atividade humana, por meio das emissões de gases estufa, principalmente o gás carbônico proveniente de desmatamentos, queimadas e do uso de combustíveis fósseis, vai provocar o mesmo aumento de temperatura em 200 anos, acelerando em 50 vezes o processo natural de aquecimento.

Nobre ressaltou que algumas consequências dessa aceleração já se manifestam em diversas partes do globo. O gelo do Ártico, por exemplo, diminuiu de forma abrupta desde 1980: a camada que dividia os oceanos Atlântico e Pacífico entre o Canadá e a Sibéria desapareceu em 2008, após milhões de anos – e em 50 anos poderá desaparecer totalmente do Polo Norte no verão. A geleira da Groenlândia, que num processo natural se derreteria totalmente em cerca de 1.000 anos, poderá derreter em 100 anos, e isso deverá provocar um aumento no nível dos mares de até seis metros. O cientista citou ainda a extinção de espécies e o aumento da frequência de furacões e das chuvas intensas como consequências de um planeta mais quente.

As projeções do Inpe para o Brasil indicam grandes mudanças. Se o desmatamento na Amazônia chegar a 40% ou a temperatura global aumentar 3,5°C, a floresta poderá transformar-se numa savana, e o cerrado brasileiro pode se tornar um deserto. Há possibilidade de diminuição de chuvas no semiárido nordestino, afetando a vida de 14



Para Carlos Nobre, as novas gerações têm uma atitude mais solidária com a vida do planeta

milhões de pessoas que dependem da agricultura de subsistência, desprovidas de tecnologia para se adaptarem a uma redução na disponibilidade de água. Mas haveria um aumento da frequência de chuvas intensas no sul-sudeste do Brasil, ampliando a possibilidade de desastres, como os eventos de Santa Catarina, São Paulo e, mais recentemente, do Rio de Janeiro.

Há uma meta proposta pelo IPCC de não permitir que a temperatura global aumente mais do que 2°C até o final do século, limitando a uma emissão média de 5 bilhões de toneladas de gases estufa por ano no mundo todo. Mas, para Nobre, é difícil que os países entrem em um acordo sobre as cotas de emissões que caberiam a cada um – é por isso que as convenções sobre o clima, a última das quais em Copenhague, fracassaram.

Acreditando que o país possa assumir um protagonismo na área ambiental e climática, o

professor disse que, nos últimos cinco anos, o Brasil tem conseguido diminuir o desmatamento da Amazônia, tendo aprovado em dezembro do ano passado a Política Nacional sobre Mudança do Clima, em que assumiu o compromisso de diminuir suas emissões de carbono em 25% até 2020: “É uma meta mais ambiciosa que a dos EUA, por exemplo. Resta saber se essa direção será mantida”.

Carlos Nobre encerrou a aula afirmando que a universidade é um espaço de reflexão, no qual a discussão sobre uma mudança de paradigma, que passe a ser comprometido com o ambiente e o clima, pode ganhar espaço e influenciar a sociedade. Disse que a sua geração falhou nesse aspecto, mas que as novas gerações têm uma atitude muito mais solidária com a vida do planeta”, concluiu.

Diego Mandarino, estudante do 7.º semestre de Jornalismo da Fabico

Reconhecimento

JU recebe Troféu Destaque Andifes de Jornalismo

Pela segunda vez, o Jornal da Universidade recebeu o Troféu Destaque Andifes de Jornalismo das Instituições Federais de Ensino Superior. O prêmio foi entregue no dia 14 deste mês, durante reunião plenária na sede da Associação, em Brasília. O JU obteve o terceiro lugar; em segundo, o Jornal da UFRJ; o Jornal Beira do Rio, da Universidade Federal do Pará, conquistou o primeiro lugar.

Ranking nacional

Universidade é a segunda melhor pelo IGC

Segundo avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério da Educação, divulgada em março, a UFRGS ficou em segundo lugar no Índice Geral de Cursos (IGC), atrás apenas da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). O resultado foi obtido pelo cruzamento de dados fornecidos pelo Enade e pela Capes.

Pensamento & crítica

UFRGS lança projeto Mal-estar na Cultura

Numa iniciativa inédita do Departamento de Filosofia do IFCH e do Departamento de Difusão Cultural da Pró-reitoria de Extensão, será lançado nos dias 26 e 27 deste mês o módulo inicial do projeto Mal-estar na Cultura – Visões Caleidoscópicas da Vida Contemporânea. O evento, coordenado pela professora Kathrin Rosenfield, compreende uma dupla possibilidade de participação: virtual e presencial. A programação será desenvolvida dentro de uma plataforma virtual fechada, na qual os inscritos poderão participar de debates, ter acesso a textos críticos, arquivos de imagens, áudio e vídeo e a outros materiais que auxiliarão no aprofundamento das discussões propostas. Para ter acesso à plataforma, é preciso cadastrar-se no site www.malestarnacultura.ufrgs.br. O módulo de estreia, intitulado Mal-estar Arte-Corpo-Mente, será presencial e inicia no dia 26 com uma palestra da professora Kathrin, que irá introduzir os aspectos antropológicos, filosóficos e práticos que envolvem o corpo ‘senti-mental’. No dia 27, as discussões do dia anterior serão exemplificadas na atividade Refabulando: relato sobre a apresentação cênica do Projeto Refabular Esopo, realizado com jovens do Bairro Mario Quintana. Essas atividades serão desenvolvidas na Sala Fahrion da reitoria a partir das 19h. Informações pelo telefone 3308-3933.

Teatro & Dança

Corpo, Performance e Tecnologia

O Programa de Pós-graduação em Artes Cênicas da UFRGS, em parceria com a Coordenação de Dança da Prefeitura de Porto Alegre, promove, nos dias 28, 29 e 30 deste mês, o Seminário Internacional Corpo, Performance e Tecnologia. O evento tem inscrições gratuitas e será realizado na Sala Álvaro Moreyra do Centro Municipal de Cultura (Av. Érico Veríssimo, 307). Estão entre os palestrantes, o performer canadense Andrew Harwood e o professor da Universidade de Bolonha Enrico Pitozzi. Outras informações pelo

Esporte

Atividades gratuitas

O Programa Segundo Tempo, núcleo Quero-quero, fruto de uma parceria do Ministério dos Esportes com a Escola de Educação Física da UFRGS, está recebendo inscrições para uma lista de espera de crianças e jovens interessados em participar de atividades esportivas. O projeto oferece aulas de tênis, futebol, ginástica, vôlei, natação, basquete e atletismo gratuitas para crianças e jovens com idades entre 6 e 16 anos, estudantes de escolas públicas. As inscrições podem ser realizadas na ESEF (Rua Felizardo 750, Câmpus Olímpico), sempre às terças, quintas e sextas-feiras, mediante a apresentação de comprovante de matrícula e fotocópia da certidão de nascimento da criança. Informações pelo telefone 3308-5891.



UFRGS TV

Conhecendo a UFRGS

Repensando o trânsito nas grandes cidades

Bruna Oliveira e Sarita Reed*

Problemas como congestionamentos, acidentes e poluição são constantes pautas de discussão por estarem cada vez mais presentes no cotidiano das pessoas. Preocupado com essa questão, o Laboratório de Sistemas de Transportes da UFRGS (Lastran) desenvolve estudos sobre o tráfego em redes viárias. O projeto surgiu em 1990, por iniciativa de professores do Departamento de Engenharia Civil da Universidade, e se utiliza de softwares simuladores para desenvolver suas pesquisas. “Estamos interessados em planejar redes e sistemas de transporte coletivo ou de carga, redes logísticas e redes de circulação urbana”, esclarece Luis Antonio Lindau, coordenador do laboratório.

O Lastran trabalha com pesquisas que visam solucionar problemas de transporte dentro e fora das cidades, de modo a melhorar as condições de tráfego. “O grupo está permanentemente desenvolvendo estudos, projetos, dissertações e pesquisas sobre como a cidade se comporta do ponto de vista da sustentabilidade dos meios de transporte”, acrescenta Luiz Afonso dos Santos Senna, um dos professores do projeto.

Em sua equipe, o programa conta com a participação de estudantes de graduação e pós-graduação, além de mestres e doutores. Para Brenda Medeiros Pereira, mestranda envolvida no projeto, “o Lastran mostra o quanto o bom funcionamento do transporte é importante para que as cidades funcionem bem”.

A atuação do Laboratório envolve estudos tanto na cidade de Porto Alegre como em rodovias do estado e aponta soluções para o transporte urbano. “Temos de repensar o trânsito das cidades, dando mais qualidade ao transporte público, para que este seja atraente o suficiente para fazer com que uma parte substancial das pessoas, embora tenha carro, utilize o transporte público, procure formas alternativas de transportes, como as ciclovias, e conte com um aporte de tecnologias que melhorem os fluxos e os tempos de viagem na cidade”, finaliza Luiz Afonso dos Santos Senna.

Para conhecer melhor o Lastran, assista ao programa Conhecendo a UFRGS, que vai ao ar no dia 27 de abril, a partir das 21h30min, na UNITV, canal 15 da NET POA.

* Estudantes do 1.º e do 2.º semestres de Jornalismo da Fabico

Assista aos programas

A programação produzida pela equipe da UFRGS TV pode ser assistida na UNITV, pelo canal 15 da NET POA.



Por que somos favoráveis à regulamentação da profissão de historiador?

Durval Muniz de Albuquerque Júnior *

No último dia 10 de março foi aprovado em caráter terminativo, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, o Projeto de Lei n.º 368/2009, de autoria do senador Paulo Paim, que regulamenta a profissão de historiador. A proposição segue agora para a Câmara Federal, onde deverá ser analisada.

No processo de mobilização para a votação dessa proposta, surgiram algumas vozes discordantes em relação à regulamentação da profissão. Respeitando todas as opiniões, apresentamos, a seguir, o ponto de vista da atual diretoria da Associação Nacional de História (ANPUH) – perspectiva que pautará a atuação da entidade agora que o projeto tramitará na Câmara dos Deputados.

O que significa regulamentar? Significa definir legalmente os contornos do exercício profissional, fixar requisitos para que esse exercício se faça, definir as competências e as habilidades que o profissional deve ter para exercer uma dada profissão. Regulamentar é dar estatuto legal a uma profissão, com o Estado reconhecendo a sua existência e lhe conferindo uma identidade jurídica e pública para o seu exercício. Em síntese, significa passar a existir de fato e de direito como profissão e como profissional.

Para a ANPUH, a regulamentação da profissão de historiador é o reconhecimento social e jurídico do profissional a quem se atribui direitos e obrigações perante a sociedade. Para nós, o Estado brasileiro milita em uma contradição ao não reconhecer a profissão de historiador e, ao mesmo tempo, regular, reconhecer e avaliar cursos universitários que formam profissionais nessa área. Se o Estado reconhece que, para ser historiador, é preciso ter dada qualificação, que se deve exigir determinadas habilidades e competências nos projetos político-pedagógicos dos cursos de História por ele aprovados, deve reconhecer também a necessidade de uma lei capaz de definir os contornos de nossa profissão.

A Constituição Federal, em seu artigo quinto, inciso décimo terceiro, define que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, desde que atendida a qualificação profissional que a lei estabelecer. A norma que regulamenta a profissão de historiador nada mais faz do que cumprir o mandato constitucional, definindo que qualificação deve ter aquele que exerce essa atividade: a exigência de diploma de curso superior em História ou de diploma de mestrado e doutorado nessa área.

O movimento em torno da regulamentação das profissões remonta ao imediato pós-Segunda Guerra Mundial, como resposta às crescentes demandas dos trabalhadores pelo reconhecimento de seus direitos. Ele é contemporâneo e está relacionado à criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e à emergência dos Estados de Bem-estar Social. No Brasil, as profissões consideradas de maior prestígio social foram regulamentadas entre as décadas de 1940 e 1960: contabilista (1946), economista (1951), químico (1956), médico (1957), geólogo (1962), psicólogo (1962), estatístico (1965), farmacêutico (1966), engenheiro, arquiteto e agrônomo (1966), jornalista (1969), etc. Contrariando, portanto, o que alguns afirmam, a regulamentação profissional não é um tema do discurso ou da “ideologia neoliberal”. O neoliberalismo, pelo contrário, é responsável pela crescente resistência por parte do Congresso Nacional e do Judiciário brasileiro em regulamentar as profissões. O episódio recente da desregulamentação da profissão



ESTATUA DE HERÓDOTO - MUSEU DO LOUVRE/REPRODUÇÃO

de jornalista pelo Supremo Tribunal Federal, a pedido dos grandes grupos econômicos que dominam os meios de comunicação do país, é exemplar da prevalência desse pensamento em setores das elites brasileiras. Entre os princípios fundamentais do neoliberalismo estão justamente o da flexibilização e o da desregulamentação profissional, levando a uma precarização do trabalho e à possibilidade do pagamento de salários mais baixos a profissionais ditos flexíveis ou despreparados.

Quem conhece a realidade das empresas de educação do ensino privado, e mesmo a das instituições de ensino público, em dadas áreas, sabe não apenas que a regulamentação de nossa profissão é uma necessidade premente, como vê os danos que a não regulamentação causa aos nossos profissionais. Não é mera coincidência que a bancada ligada ao ensino privado no Congresso Nacional seja reativa a qualquer iniciativa que vise regulamentar profissões como a nossa. Como o próprio projeto aprovado no Senado reconhece, sem a regulamentação fica-se sujeito a que pessoas não qualificadas possam ser contratadas para exercer essas atividades mediante uma remuneração aviltada.

A luta pela regulamentação da profissão de historiador já se arrasta por 42 anos – no site da ANPUH há um dossiê sobre esse tortuoso processo. Nove projetos já foram apresentados à Câmara dos Deputados.

E há quem diga que não ocorreu ainda o necessário debate, que adotamos uma posição pragmática e de afogadilho. Creio que as instituições, notadamente aquelas que agrupam historiadores ou futuros historiadores, devem possuir memória. Não se pode, a cada nova diretoria eleita, começar o debate sobre dadas questões como se não houvesse toda uma história de lutas. Sabemos que as posições podem ser modificadas mediante novas conjunturas, mas mesmo nesse caso se deve levar em conta a trajetória anterior da instituição. No âmbito da ANPUH, diretorias anteriores participaram ativamente do debate e da elaboração de propostas nesse sentido. Em nenhuma instância oficial da entidade foi aprovada posição contrária à regulamentação; portanto, cabia a esta diretoria, quando surgiu a iniciativa vinda do Senado, empenhar-se para a sua aprovação. Fazer política requer perceber os momentos favoráveis, definir estratégias viáveis, sob a pena de nunca se conseguir o que se quer. Avaliamos que o contexto era adequado, mas, por estarmos em ano eleitoral, se a votação não ocorresse neste semestre, não seria feita ainda em 2010, e, sendo o final de uma legislatura, o projeto seria arquivado, tal como manda o Regimento Interno do Senado. Ter um projeto aprovado no Senado era estrategicamente fundamental, pois ele não pode mais ser arquivado ao final da legislatura. A Câmara terá que

obrigatoriamente analisá-lo, se posicionando contra ou a favor. Podemos agora abrir o debate em torno de um projeto já aprovado para aperfeiçoá-lo. Uma circular nesse sentido foi enviada a todas as nossas Seções Regionais, solicitando que a regulamentação seja tema de discussão e deliberação nos Encontros Estaduais da ANPUH, que ocorrerão este ano.

Consideramos que a regulamentação da profissão de historiador é uma questão de justiça e equidade de direitos, já que outras profissões da mesma natureza que a nossa foram regulamentadas, algumas delas mantendo clara interface com as atividades que exercemos, como as profissões de geógrafo, sociólogo, museólogo e arquivista. Somos uma das áreas de formação profissional mais antigas do país e com uma importância social indiscutível, uma vez que exercemos nossa atividade no âmbito da educação, da cultura, da memória, do patrimônio histórico e artístico, que são setores de interesse social prioritários.

O projeto aprovado tem o mérito de ser singular e de garantir a maioria de nossas históricas reivindicações: o reconhecimento de que historiador é tanto o bacharel quanto o licenciado em história; a definição, como atribuições do historiador, não só da pesquisa e do ensino de história, mas também do planejamento, da organização, da implantação e da direção de eventos ou exposições que envolvam temas históricos; a assessoria, na avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação; a emissão de pareceres, relatórios, planos, projetos, laudos e trabalhos sobre temas históricos; e que os estabelecimentos que prestam serviços nessa área devem manter em seus quadros profissionais habilitados.

É sabido que a institucionalização implica reconhecimento profissional, podendo, por exemplo, ser realizados concursos específicos para provimento do cargo de historiador em instituições públicas e privadas, o que não pode ocorrer enquanto não tivermos a profissão regulamentada. O projeto aprovado reserva o provimento de cargos, funções ou empregos de historiador aos portadores de diplomas de graduação, mestrado ou doutorado em História. Isso implica o necessário registro profissional que, no projeto aprovado no Senado, deverá ser feito junto às Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego do local em que o profissional irá atuar. O projeto não prevê, nem a ANPUH pensa em reivindicar, a criação de Conselhos Nacional e Regionais para fiscalizar o exercício da profissão, muito menos a realização de uma prova, como a exigida pela OAB para a concessão do registro profissional. A Associação não pretende tornar-se órgão de fiscalização profissional e, sim, continuar sendo a entidade de representação profissional. Os historiadores, atuando no ensino ou na pesquisa, já são submetidos a constantes processos de avaliação de suas habilidades e competências.

A luta pela regulamentação da profissão significa, portanto, uma luta pela dignidade no exercício da profissão – o que não está em desacordo com a solidariedade necessária à luta de todos os trabalhadores pela dignidade do próprio trabalho e por seus direitos, mas, pelo contrário, é um capítulo dessa luta, à medida que combate a precarização no âmbito laboral.

Não estar regulamentado profissionalmente nada tem a ver com liberdade do trabalho, a não ser com a liberdade do liberalismo, que sabemos a quem serve.

* Presidente da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), docente da UFRN

Sucata tecnológica

Meio ambiente
Lixo eletrônico é um dos grandes vilões ambientais do século XXI

“Ou esse material é doado ou provavelmente vá a leilão”, afirma Leonel Furtado Gonçalves, chefe da seção de recolhimento de bens móveis da UFRGS, enquanto caminhamos pelo depósito de materiais descartados da Universidade. A cena é de um acúmulo impressionante: nas prateleiras do imenso galpão, localizado no Câmpus do Vale, estão aproximadamente 3.000 aparelhos eletrônicos, a maioria computadores. Os objetos, que já foram considerados sucata nos diversos setores da Universidade, aguardam um local para a sua destinação. Os diferentes componentes – dentre os quais CPUs, cabos, estabilizadores e telas – lotam todas as prateleiras e se acumulam em pilhas de caixas no chão. Esse cenário repete-se em outros locais visitados pela reportagem: uma loja de assistência técnica, uma empresa que trabalha com desmontagem de eletrônicos, a sede de um projeto social que recebe material usado para remontagem e doação. O último descarte feito por essas organizações geralmente é o envio para uma das poucas empresas especializadas em reciclagem de eletrônicos no Brasil. No entanto, muitas vezes esse material não é separado do lixo comum.

Em todo o mundo, estima-se que 40 milhões de toneladas de equipamentos sejam jogadas fora por ano, entre computadores, celulares, TVs, brinquedos e geladeiras. O lixo eletrônico, como é chamado, possui resíduos químicos perigosos. Por exemplo, o descarte no lixo comum de baterias de lítio ou níquel-cádmio e de metais pesados que alguns desses aparelhos contém, além de substâncias resultantes da queima de certos componentes, causa prejuízos à saúde e ao ambiente. “A questão da toxicidade preocupa, mas o que preocupa ainda mais é o volume”, afirma o coordenador de gestão ambiental da UFRGS, o engenheiro Darci Campani. Há grande desperdício de plástico e metal, aumentando a quantidade de entulho nos aterros sanitários, sem falar de metais de valor, como o cobre e, em alguns casos, o ouro.

Brasil atrasado – Em fevereiro, a ONU publicou um relatório sobre o lixo eletrônico de 11 países emergentes, inclusive o Brasil. De acordo com o documento, predomina nos países estudados – entre eles a Índia, o México e a China – a coleta informal dos resíduos, isto é, a coleta feita por sucateiros, que separam alguns componentes que lhes interessam e abandonam o restante sem o devido cuidado, podendo causar vazamentos de substâncias tóxicas, além de prejudicarem a própria saúde. O relatório afirma também que o Brasil é o único dos 11 países que não tem levantamento algum a respeito da produção, do consumo e do lixo gerado por eletrônicos.

O aparente descaso brasileiro manifesta-se também no fato de não haver lei nacional específica para o lixo eletrônico. O que existe são políticas locais para o manejo de substâncias tóxicas. Em Porto Alegre, por exemplo, o lixo eletrônico era oficialmente considerado comum até há pouco; só em 2007, a Secretaria Municipal do Meio Ambiente (Smam) fechou parce-



É grande o número de equipamentos descartados na seção de recolhimento de bens móveis da UFRGS

ria com uma empresa privada que recebe esse tipo de resíduo – mesmo assim não há coleta específica, já que é o cidadão que deve levar os aparelhos até a empresa. O relatório da ONU também observa que não existe um sistema organizado de coleta nos países estudados.

A situação brasileira, no entanto, pode mudar ainda este ano, graças à Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que está em votação no Congresso Nacional. O texto estabelecerá as diretrizes para o descarte de computadores, celulares e televisores, entre outros, e também nele será definido, a exemplo da regulamentação vigente na União Europeia, que a obrigação com a reciclagem é da indústria que coloca o produto no mercado, num processo chamado de “logística reversa”. Se aprovada, a Pnrs será tomada como base para a formulação de uma resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) a respeito do tema.

Para quem doar computadores

Casa Brasil
Av. Voluntários da Pátria, 2552, Farrapos
Porto Alegre
Fone: 3346-2326
casabrasilpoa@gmail.com

CESMAR - Centro Social Marista
Estrada Antônio Severino, 1493, Rubem
Berta
Porto Alegre
Fone: 3366-3817
cesmar@maristas.org.br

Pensamento Digital
Av. Capivari, 2020, Cruzeiro
Porto Alegre
Fone: 3433-5150
www.pensamentodigital.org.br

Empresa que recebe sucata eletrônica por meio de parceria com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
Peacock do Brasil
Rua Frederico Mentz, 490, Farrapos
Porto Alegre
Fone: 3012-0778
www.peacock.com.br

O texto da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), que está em votação no Congresso Nacional, pode ser acessada pela página http://lixoeletronico.org/system/files/PNRS_FINAL.pdf

Entre soluções e problemas

A necessidade de um destino apropriado para o lixo eletrônico e a possível exigência da logística reversa, caso a PNRS seja aprovada, estão levando muitas organizações brasileiras a buscarem soluções para a sua sucata tecnológica. Poucas empresas no país trabalham com a reciclagem propriamente dita, e essas empresas costumam trabalhar apenas com um tipo de material – não reciclam todo o aparelho, apenas o plástico ou o metal. Nesse contexto, surge mercado para empresas que se proponham a receber, separar e encaminhar corretamente cada tipo de resíduo para reciclagem posterior: “Nós recebemos material de empresas de todas as regiões do estado e até de Santa Catarina”, afirma Marcus Palma, diretor de uma empresa de Novo Hamburgo que trabalha com a desmontagem de computadores. Segundo Palma, o negócio movimentava 13 toneladas por mês e está em crescimento. A maior parte dos resíduos pode ser reciclada no Brasil; as placas de circuito, que contêm metais pesados, precisam ser exportadas. Mas a empresa ainda não encontrou um destino para os disquetes, que estão acumulados em caixas.

Há projetos sociais que também se beneficiam do lixo eletrônico. Só em Porto Alegre existem três ONGs que recebem doações de computadores antigos ou que não funcionam mais. Uma dessas organizações é o Centro Social Marista, que mantém um curso técnico para jovens cuja renda familiar é de menos de meio salário mínimo por pessoa. Eles aprendem informática ao trabalhar na remontagem de equipamentos com a ajuda de educadores. Os computadores recuperados são doados a programas de inclusão digital do governo federal que propiciam acesso à internet a pessoas de baixa renda. O material excedente é encaminhado a uma empresa de reciclagem em São Paulo.

O processo técnico de reciclagem em si ainda não resolve todo o problema, pois não é capaz de fazer retornar todos os componentes de um aparelho eletrônico ao ciclo industrial. Segundo o coordenador de gestão ambiental da UFRGS, Darci Campani, teoricamente seria possível reciclar um aparelho em sua totalidade, mas os processos necessários para separar determinadas substâncias – como uma pequena quantidade de ouro (cerca de 9mg em um celular) – gerariam outros poluentes, anulando o benefício da recuperação, ou seriam muito caros. Outro problema apontado é a falta de fiscalização de navios que exportam sucata, pois não há como punir o possível abandono de lixo em alto-mar.

Para Wilson Kindlein, engenheiro de materiais da UFRGS que atua na área de ecodesign, o problema maior está no fato de os projetistas não levarem em conta a necessidade posterior de reciclagem dos produtos. Acrescenta que, “se há vários materiais cujos dispositivos de montagem não permitam a desmontagem, como soldas e colagens, não é possível a desconstrução do produto e, portanto, não é possível o reuso”. Além disso, para o engenheiro, não apenas a técnica e o projeto devem melhorar, mas também a cultura de consumo da sociedade, que, por imediatismo e busca de status, descarta os produtos numa frequência maior que a necessária: “Não há necessidade de se trocar de telefone celular a cada ano”, exemplifica.

Diego Mandarino, estudante do 7º semestre de Jornalismo da Fabico



Alforria à memória

Educação

Apesar da obrigatoriedade, muitas escolas ainda não trabalham com História e Cultura Afro-brasileiras

Um dos primeiros atos oficiais do presidente Lula foi assinar a Lei Federal 10.639 em 2003. Ela alterou dois artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino de história e cultura Afro-brasileiras. Além de incluir nos calendários escolares o 20 de novembro como Dia da Consciência Negra, o texto exige que sejam abordados em sala de aula temas como a luta dos negros no nosso país e o papel da etnia na formação da sociedade nacional, “resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil”. A mudança deveria se estender a todo o currículo, “em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”.

Mas basta conversar com alunos da rede estadual de ensino para notar que a legislação nem sempre é cumprida. “No colégio, a gente nunca estudou nada sobre a África. O máximo que o professor de História fez foi citar o Apartheid, mas não estudamos nada do caso em si”, conta Danilo Pereira dos Santos, 16 anos, aluno da 8.ª série, há seis anos na Escola Estadual de Ensino Fundamental Euclides da Cunha. Na rede municipal, o quadro é mais promissor. Karina de Freitas tem 18 anos, cursa a 8.ª série no Centro Municipal de Ensino dos Trabalhadores Paulo Freire e afirma que já estudou o continente africano várias vezes em aula: “Vimos elementos da cultura e o modo de vida deles, e agora estamos pesquisando alguns países, vendo seus recursos naturais, coisas da geografia local”.

Obstáculos históricos – Edgar Barbosa, responsável pela Educação Afro-brasileira na Secretaria Estadual da Educação (SEC), admite que “houve certa morosidade” para pôr a lei em prática. “Mas é preciso compreender que o RS tem cerca de 50 mil professores atuando em 2.600 escolas estaduais. Para fazer com que a lei chegasse a todas

elas, o estado teria de fazer uma verdadeira operação de guerra, e nós não temos verba para isso. Na SEC, apenas o nosso departamento cuida da área, e há problemas de recursos e de mudança de pessoal”, justifica.

Mas os entraves vão além de questões orçamentárias. “Muita gente acha que racismo nem existe”, comenta Edgar. Manuel da Silva, assessor de Relações Étnicas da Secretaria Municipal da Educação da Capital (Smed), concorda e mostra que o problema é secular: “Os primeiros decretos que regulavam a instrução pública no Brasil vetavam o acesso à educação aos escravos. Com o fim da escravidão esse preceito permaneceu enquanto prática objetiva, pois a população negra continuou afastada das escolas. Foi assim até a década de 1930, quando surgiram leis especificando que a educação pública é acessível a todos, sem distinção”.

Curso lento – Tanto a Smed quanto a SEC afirmam terem focado seus esforços na capacitação dos professores. Segundo Manuel, o município organiza processos formativos desde 2004, e a lei está cada vez mais presente nas salas de aula. “Não temos uma estatística específica, mas nas 96 escolas municipais ela possui uma inserção maior ou menor nos currículos. Algumas realizam ações pontuais na Semana da Consciência Negra, mas pelo menos dois locais terão grupos de estudos voltados à temática afro-brasileira – mesmo que influenciados pela Copa do Mundo deste ano.” Atualmente, estão sendo produzidos os Planos Político-pedagógicos da rede municipal, e a Smed exigiu que todas as escolas incluam neles as demandas da Lei Federal n.º 10.639. “O que repercutirá em uma intervenção curricular mais incisiva”, afirma Manuel da Silva.

Em relação ao ensino estadual, Edgar Barbosa garante que as 30 Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) receberam a formação necessária. “Oferecemos cursos e capacitamos todas as CREs, agora elas são responsáveis por multiplicar o conhecimento nas regiões de suas competências.” O que, pelo visto, não acontece como deveria. A SEC criou um instrumental quantitativo e qualitativo para avaliar o grau de inserção da lei no estado. Resultado: “Das 2.600 escolas, apenas 1.548 responderam”, revela Edgar.

Haverá uma segunda chamada às outras 1.052, às quais será reenviado o questionário no próximo semestre. Caso alguma instituição não responda novamente, o Ministério Público (MP) será acionado para cobrar explicações.



Escultura “Tambor”, instalada em 9 de abril na praça Brigadeiro Sampaio, no Centro Histórico da capital, é a primeira obra do Museu do Percurso Negro em homenagem aos ancestrais africanos e aos negros gaúchos

De acordo com Edgar, os melhores dados foram obtidos na região de colonização alemã, principalmente em Santa Rosa e Estrela. “Já não se pode dizer o mesmo de Caxias do Sul, zona de italianos, onde há pressão por parte de etnias que estão sedimentadas e não querem abrir mão do espaço conquistado nos currículos”, assinala.

Olho vivo – Mas, se o cumprimento das leis fosse facultativo, não haveria sentido de elas existirem. Pensando nisso, o MP gaúcho lançou no último dia 22 uma cartilha para fiscalizar e orientar os gestores públicos sobre a legislação. Manuel da Silva lembra que não se trata de respeitar o texto apenas onde há negros, pois “está se falando de uma discussão nacional sobre a composição

da sociedade brasileira”.

Onde está em prática, a lei já traz bons frutos. “Não temos dados objetivos, mas, subjetivamente, verificamos que a autoestima dos estudantes negros está fortalecida. Isso se manifesta nas produções textuais e gráficas. Crianças negras não usam mais o lápis cor de pele e desenham suas famílias com o marrom ou o preto, reforçando sua identidade. Melhorou também o convívio entre alunos de diferentes cultos cristãos e os praticantes das religiões de matriz africana”, comemora Manuel da Silva. O mérito da lei é inquestionável, só falta ela ser cumprida.

Ariel Fagundes, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico

Ferramenta de mudança

Professores se queixam de que não há bibliografia e material de apoio sobre a temática afro-brasileira. Para tentar reduzir esse problema, o Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-reitoria de Extensão da UFRGS, a partir do Programa Educação Antirracista no Cotidiano Escolar e Acadêmico, realizou o projeto Viajando pela África com Ibn Battuta. “Baseado no testemunho desse viajante marroquino, fizemos um documentário didático com reconstrução de imagens históricas e relatos de africanistas”, conta Rivair Macedo, professor do Departamento de História e um dos responsáveis pelo projeto.

Além do vídeo, foi desenvolvida uma cartilha de estudos para alunos e um livro de pesquisa para professores. “Fizemos também um site, que possivelmente estará no Portal do MEC ainda neste ano, que possibilitará assistir ao documentário e baixá-lo. Lá estará disponível todo o material usado no vídeo e uma lista de referências bibliográficas”, revela o professor.

A verba de produção veio do programa federal Uniafro, cujo objetivo é estimular projetos universitários que visem implementar a Lei Federal n.º 10.639. A intenção é que o MEC, detentor dos direitos autorais, reproduza e distribua o documentário e os livros a todas as escolas públicas do país. Para Rivair, o grande mérito da ação é promover uma visão diferente da que se costuma ter sobre a África: “Uma forma de se combater o racismo é discutir as imagens, pois o racismo se ancora nelas, sejam iconográficas ou mentais”.

Dois pontos

UNIFICAÇÃO UTÓPICA - I

Agora que o Acordo Ortográfico já está vigorando em seis dos oito países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP (apenas Angola e Moçambique ainda não ratificaram sua implementação), alguns poderão concluir que a comunicação escrita entre esses países se tornou mais fácil e clara. Para mostrar que as coisas não são bem assim, reproduzi abaixo dois parágrafos, de autoria de Mônica Magalhães, escritos em ‘português de Portugal’:

“Depois de dez minutos e uma grande bicha na paragem, subimos no autocarro e tivemos uma péssima surpresa: ele estava lotado por uma claque! Foi desagradável viajar ao lado daqueles homens barulhentos, todos vestidos com camisolas iguais, então perdemos a paciência e descemos antes da hora. Andamos um troço a pé e logo chegamos à praia.”

“No dia seguinte estava um briol, deixamos

o pequeno no hotel lendo uma banda desenhada e fomos a uma casa de pasto muito gira, mas cheia de betos. À noite, pegamos o comboio de volta para casa. Com o preço das portagens, não vale a pena viajar de automóvel!”

Apesar de os parágrafos acima estarem de acordo com as novas regras ortográficas, temos dificuldade de entender tudo o que está escrito neles. Em ‘português brasileiro’, esses parágrafos poderiam ser ‘traduzidos’ assim:

“Depois de dez minutos e uma longa fila no ponto, subimos no ônibus e tivemos uma péssima surpresa: ele estava lotado por uma torcida organizada! Foi desagradável viajar ao lado daqueles homens barulhentos, todos vestidos com camisetas iguais, então perdemos a paciência e descemos antes da hora. Andamos um trecho a pé e logo chegamos à praia.”

“No dia seguinte estava muito frio, deixamos o pequeno no hotel lendo uma história em quadrinhos e fomos a um restaurante muito

chique, mas cheio de mauricinhos. À noite, pegamos o trem de volta para casa. Com o preço dos pedágios, não vale a pena viajar de automóvel!”

Percebemos nas passagens acima que, embora tenha havido mudanças na forma de grafar de algumas palavras da língua portuguesa, o significado das palavras nas diferentes variedades desse idioma permaneceu inalterado (veja-se ‘camisola’, que significa ‘camiseta’ em Portugal e ‘roupa feminina para dormir’ no Brasil). Ainda que os proponentes do Acordo Ortográfico argumentem em favor de uma unificação que facilite a partilha de conteúdos entre os países da CPLP, promovendo, assim, “uma política de afirmação do idioma”, é importante termos ciência de que as diferenças de caráter semântico permanecerão intocadas e continuarão criando eventuais barreiras na comunicação entre os usuários da língua portuguesa.

UNIFICAÇÃO UTÓPICA - II

Até mesmo a unificação da grafia pode ser considerada utópica entre os países que integram a CPLP, uma vez que, como já vimos em edições anteriores, algumas palavras podem ter mais de uma forma escrita, segundo o Acordo Ortográfico. Dependendo da variedade do idioma português, as palavras podem apresentar diferenças com relação ao uso de:

(i) sequências consonantais – vejamos-se ‘aspecto’, ‘cetro’ e ‘setor’, que em Portugal continuam a ser grafadas ‘aspecto’, ‘cepro’ e ‘setor’; e

(ii) acento gráfico – vejamos-se ‘bebê’, ‘pônei’ e ‘tênis’, grafadas em Portugal como ‘bebê’, ‘pônei’ e ‘tênis’, isso porque, nesse país, o timbre dessas vogais acentuadas é aberto.

André Schneider, revisor de textos
andre.schneider@consun.ufrgs.br



Lições dos desastres

Defesa Civil

Estado ganha centro de prevenção com pesquisadores de diversas áreas da Universidade

Caroline da Silva

Com a tragédia ocorrida no início deste mês na região metropolitana do Rio de Janeiro, muitas questões relacionadas à Defesa Civil vieram à tona. Os perigos das inundações, a importância de não construir em locais irregulares como encostas e, principalmente, estratégias de prevenção a desastres urbanos causados por fenômenos “naturais” são alguns desses temas. Discute-se, inclusive, a gestão das verbas da Secretaria Nacional de Defesa Civil, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, órgão com tão pouca visibilidade.

Vem-se indagando, ainda, sobre a possibilidade de uma efetiva previsão meteorológica para o volume das chuvas, a falta de iniciativa das autoridades em ter abrigos já montados e equipados para as famílias desalojadas pelos deslizamentos e a ausência de informação e conscientização. Esse conjunto de questionamentos é contemplado pela criação do Centro Estadual de Ensino e Pesquisas em Desastres (CEPED/RS), coordenado pelo professor da Engenharia Civil Luiz Carlos Pinto da Silva Filho.

Esse centro é o segundo do tipo no Brasil. O pioneiro está instalado no estado de Santa Catarina, baseado em um antigo grupo de estudos sobre trânsito, acatando as diretrizes da Defesa Civil, que propunha a criação de 12 CEPEDs.

Plano estratégico – Luiz Carlos diz que a iniciativa partiu do primeiro Plano Nacional de Defesa Civil, cujo objetivo era aumentar as parcerias com o meio acadêmico em geral. “Por quê? Para que se possa gerar conhecimento suficiente para atuar na prevenção e minimização de danos. Não podemos reduzir os eventos naturais, eles vão sempre ocorrer, mas podemos talvez diminuir os impactos sobre a população. A ideia é instrumentalizar a

Defesa Civil, que está, ainda hoje, muito mais focada na resposta, e pensar um pouco mais em como prevenir certas coisas, trabalhando melhor para o atendimento das populações afetadas.”

Os 12 CEPEDs idealizados pela Secretaria Nacional de Defesa Civil seriam os pontos focais para gerar o conhecimento necessário. O Centro gaúcho está sediado na UFRGS, e o acordo de sua criação foi firmado, no Conselho Universitário, entre a Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, a Secretaria Nacional de Defesa Civil e a reitoria. O pró-reitor de Pesquisa, João Schmidt, nomeou uma comissão de implantação, que está trabalhando no regimento, atualmente em regulamentação na Universidade. Sua sede física está localizada em uma sala do Câmpus do Vale, junto ao Centro de Sensoriamento Remoto.

Interações – Segundo o coordenador, já existiam alguns grupos da UFRGS atuando em parceria com a Brigada Militar e a própria Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. “Em certo momento, fomos provocados pela Secretaria Nacional e pela Coordenadoria Estadual a enfrentar o desafio de criar um CEPED. Então, levamos o projeto para a Pró-reitoria de Pesquisa, porque ele tende a ser multidisciplinar, e todos esses grupos teriam de ter uma sinergia maior, numa estrutura articulada.”

João Schmidt conta que a interação da Universidade com a Brigada Militar, o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil estadual e federal data do início dos anos 2000. “Esses grupos isolados tentavam levantar problemas e fazer com que surgisse dentro da própria UFRGS algo voltado a ampliar a ação junto à comunidade. Depois do contato com o professor Luiz Carlos, chamamos interessados, e hoje nosso foco está no pesquisador, naquele que faz efetivamente o trabalho de pesquisa, e não nas unidades acadêmicas.”

Conforme o pró-reitor, engajaram-se áreas das Ciências Sociais Aplicadas, representantes da Ecologia, da Enfermagem, e se espera a entrada de pesquisadores da Medicina. “A Universidade fornecerá aquilo que uma Defesa Civil precisa: coordenação. Tem de ter coordenação forte, muito bem estruturada para poder funcionar direito. E aí reunir todas as áreas da Universidade que possam contribuir, seja da área de deslizamentos, radiação, transporte, meteorologia. E, evidentemente, prevenção de desastre é uma coisa, pós-desastre é outra. Temos de estar preparados para um e para outro. Temos de trazer toda a força de trabalho que temos na Universidade – e temos! A UFRGS é imensa.”

Multidisciplinaridade – A professora da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Maria Berenice da Costa Machado, engajada recentemente no CEPED, comenta sobre a gama de pesquisas realizadas, que acaba isolando pesquisadores e seus projetos. O coordenador Luiz Carlos responde: “Fiquei surpreso com o número de grupos que já estava trabalhando com o tema desastres. A ideia é que essa seja uma ação transversal, que fuja à lógica do isolamento das ciências clássicas”. Ao que o pró-reitor complementa: “Teremos uma série de pessoas pesquisando sobre o mesmo tema, tirando um pouco do peso político que isso tem”.

Para Berenice, a ruptura desse isolamento da pesquisa, tornando-a pragmática em termos de Defesa Civil e aplicação na sociedade (prevenção), passa pela Comunicação. “É um processo de Comunicação. Vejo dois momentos em que podemos contribuir: na articulação de políticas de comunicação e estratégias, para que os grupos funcionem cada um na sua unidade; e no pensar como a comunicação pode atuar nessa prevenção e no atendimento às catástrofes. Para chegar até uma população como a Vila Chocolateira, por exemplo, é necessária uma estratégia de comunicação.”

Prevenção a tragédias – O major Jarbas Trois de Ávila, comandante do Grupo de Busca e Salvamento da Brigada Militar, relata que, durante conversas com as crianças da Vila Chocolateira para convencê-las a não se banharem em locais perigosos do lago Guaíba, percebeu que elas sequer dispunham de banheiro em casa, numa convergência com a debilidade de outras áreas básicas. “Meu sonho é colocar boias limitadoras e ter patrulhamento adequado para chegar à morte zero.” Ele também diz que gostaria de realizar cursos de natação, tendo o oferecimento de lanches como atrativo.

O professor João Schmidt frisa que um órgão como o CEPED/RS é um instrumento importante para salvar vidas. Luiz Carlos, fornecendo uma definição de desastre – danos à população, à segurança, ao meio ambiente causados por um evento natural ou antropológico –, resume que o Centro é a Universidade trabalhando com a Defesa Civil em prol da sociedade. E esclarece: “Embora a sua semente seja a UFRGS, esperamos que a abrangência dele seja estadual e agregue as melhores equipes”. Um exemplo é a investigação do acidente com a ponte no município de Agudo, realizada pela Engenharia Civil em parceria com a FURG, que identificou destroços por imagens acústicas (Ecossonda) e sonogramas (Sonar).

O caso do quadricóptero

A recente e inédita demonstração de funcionamento do quadricóptero desenvolvido na Engenharia Elétrica, sob a coordenação do professor Carlos Eduardo Pereira, é um caso que ilustra a contribuição que o conhecimento da Universidade pode dar à Defesa Civil. Esse instrumento, um mini-helicóptero, pode ter diversos sensores, como o térmico, para localizar feridos em meio à mata, e uma câmera visual. “Antes de as equipes penetrarem em uma área que pode ser de risco, lança-se o quadricóptero, que tem um óculos de realidade virtual. Um especialista em deslizamento avalia se a entrada é segura”, conta Luiz Carlos Pinto da Silva Filho, coordenador do CEPED/RS.

O pesquisador conta que nos grandes deslizamentos de Santa Catarina equipes foram soterradas porque trabalharam em locais instáveis. “Além disso, foram ineficientes, pois cavaram em áreas em que não poderia haver casas. Então, ter tecnologia para apoiar de maneira mais qualificada é muito do que a Universidade pode oferecer.”

O aparelho ainda pode ter um GPS, mapear uma zona e enviar imediatamente para a base. “Os exércitos de todos os países estão interessados nessa tecnologia de voo (veículo aéreo não tripulado), em que o Brasil está na vanguarda”, afirma o coordenador do CEPED/RS.

Numa demonstração realizada no Cais do Porto, em fevereiro, estavam presentes os empresários Carlos Henrique Hennig, Eduardo Reginato Lavratti e Ulf Bogdawa, que estão constituindo a Sky Drones, para a fabricação em larga escala e o desenvolvimento de aplicação desses veículos não tripulados programáveis. “Eles podem ser utilizados em busca e salvamento, como retransmissor portátil para redes de comunicação, na vigilância de cidades, trânsito. Têm muitas aplicações”, afirmaram.

O comandante do Grupo de Busca e Salvamento da Brigada Militar, major Jarbas Trois de Ávila, opina que essa nova tecnologia tem um uso extremamente válido para pontos de difícil acesso. “Poderia nos dar pistas mais fidedignas para busca e posterior salvamento.” Conforme ele, em uma segunda fase, seria utilizado em policiamento. O major informa que a intenção é implantar a parceria logo que o instrumento estiver à disposição.



FLÁVIO DUTRA/JU



CARLOS ALEXANDRE NETTO, reitor da UFRGS, informou que a discussão do Parque Tecnológico já aconteceu em sua primeira parte, porque o entendimento era de que precisava ser feito o pronunciamento quanto ao mérito: se queríamos ou não ter um parque tecnológico na Universidade. A segunda página da discussão é o regimento, o detalhamento do regimento interno do Parque. "Também vamos discutir isso em reuniões públicas. Serão prédios nos quais abrigaremos laboratórios que, em parcerias com empresas, irão desenvolver processos e pesquisas de interesse no desenvolvimento tecnológico. É importante dizer que todas essas pesquisas são financiadas em parceria com o Governo Federal. Então, não se trata de a Universidade vender a sua capacidade de pesquisa. Nós temos, hoje, um número grande de laboratórios que já fazem desenvolvimento para a Petrobras, uma interação de 30 anos. Os principais parceiros da Universidade são estatais que têm recursos e querem construir prédios aqui."



EDUARDO ROLIM, representante da Adufrgs, afirmou que a combinação de excelência acadêmica com responsabilidade social leva a pensar que o papel da UFRGS como formadora de ciência e tecnologia no país ("e somos os melhores formadores nessa área no estado") também tem que ser combinado com ideias. "A dicotomia entre ciência pura e aplicada é falsa. Ambos os papéis são importantes." Para ele, o Parque Tecnológico é somente um das formas de interação da Universidade com a sociedade, e é assim que tem de ser entendido. Manifesta, porém, algumas restrições para uma implantação devida desse órgão dentro de uma universidade pública: "Não entender e não querer aceitar que haja um parque tecnológico é ir contra um princípio da liberdade. Somos favoráveis à construção do Parque, entretanto, ele deve ser feito de uma forma regulada, transparente, pública, mas em hipótese alguma temos de ir com a ideia de que um parque tecnológico é algo ruim para a sociedade e para a universidade pública".



MARCEL VAN HATTEM, representante do Diretório Central dos Estudantes nos debates, citou um parecer da estudante Paula Britto Agliardi, de dezembro de 2009, representante discente pela gestão antiga do DCE, manifestando contrariedade ao projeto do Parque Tecnológico: "Não se reconhece o mérito como adequado a uma universidade pública como a UFRGS e não há um entendimento de que exista uma efetiva necessidade de sua implantação". Seguiu dizendo que esse parecer não pôde ser avaliado pelos membros porque, desde então, as votações foram emperradas. Quanto ao mérito, ou seja, a importância de ter ou não um parque, Hattem acredita que a maioria esmagadora da Universidade é favorável a sua implantação. "Como ele vai funcionar, é uma discussão para um segundo momento, a discussão do seu regimento. Por isso, temos a convicção de que debates a esse respeito são muito importantes. O DCE Livre lançou seu fórum em defesa do Parque." Respondendo a certos argumentos, desferiu: "Falar em privatização da Universidade em pleno século XXI, como se isso fosse argumento contrário ao parque, é anacronismo".



MARIA ALICE LAHORGUE, professora de economia regional nos programas de pós-graduação em Economia e em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS, destaca o caráter híbrido do parque por integrar tanto elementos do mercado como da academia. Nesse sentido, ela ressalta a importância de a Universidade definir previamente: "Onde quer chegar? Que setores quer fomentar? Como será o investimento e o reinvestimento? Como dará sustentabilidade a essas ligações, que no início parecem absolutamente certas, e como isso a longo prazo acontecerá?". Lahorgue lembra ainda a concepção mais atual dos parques tecnológicos, que, embora dentro das universidades, devem estar inseridos na plataforma do desenvolvimento sócio-econômico geral: "Isso faz parte de nossa responsabilidade social". Na opinião da ex-secretária regional da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC/RS), a Universidade precisa discutir não só suas estratégias institucionais - lembra do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que até hoje não temos, infelizmente -, mas também rebater as estratégias nacionais em muitos pontos.



BERNARDETE MENEZES, representante da Assufrgs, destacou que nunca viu em lugar algum do país estudantes querendo discutir pesquisa. Para ela, não é à toa que isso aconteça na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. "Queremos discutir qual é o papel que vai ter o Parque e sua função social. Não queremos discutir só a produção de um ou dois produtos, queremos discutir o papel de uma universidade sustentada por técnicos. Qual a produção que esse Parque vai ter para dar retorno a essa população? Porque o parecer coloca que a missão central do Parque, ao contrário dos princípios apresentados pela professora Raquel Mauler (e quero que esses, sim, estejam no parecer), é a relação Universidade-empresa-mercado. A missão, para nós, é servir à sociedade." A técnica comentou a ausência de discussão do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), ao qual o Parque, segundo Bernardete, deveria estar vinculado. "Nós, enquanto Assufrgs, queremos um PDI democrático, que os técnicos não estejam alienados do processo da produção da Universidade."



Inovação

Aprova

UFRGS terá Parque Te

História

Em 5 de janeiro do ano passado, foi criada a Comissão de Implantação do Parque Tecnológico da UFRGS. Formado por professores e técnicos, o grupo tinha por missão elaborar um projeto em que fossem previstos a independência tecnológica do país pelo desenvolvimento da inovação, o estímulo à incubação da pequena e da microempresa para inserção no mercado gaúcho e brasileiro, entre outros aspectos. No mês de setembro de 2009, foram realizadas reuniões da comissão com representantes do DCE, ASSURGS e ADUFRGS e, no dia 25 de novembro, o projeto foi entregue ao reitor para posterior encaminhamento e análise do Conselho Universitário (Consun). A reunião do Consun, inicialmente marcada para o dia 18 de dezembro, não pôde ocorrer pelo pedido de vista da representante discente no conselho, alegando não ter havido tempo suficiente para a análise da proposta. No encontro recente de 5 de março, a votação do mérito do

Parque Tecnológico foi impedida, dessa vez por representantes que bloquearam a votação de todos os membros da comissão acadêmica. Como resultado, houve protestos, dois debates públicos nos dias 23 e 31 do mês de março no Câmpus do Vale, respectivamente.

Em 9 de abril, finalmente, o mérito do Parque Tecnológico foi transmitido pela TV UFRGS na Sala II do Salão de Atos, acompanhado por representantes da comunidade. Após as comemorações dos centos anos de fundação da UFRGS, Alexandre Netto anunciou o resultado: aprovado.

Foi aprovada a sugestão do professor Armando Mayorga Boaventura de toda ocorrência nas palavras emprestadas, a expressão "e" e as condições da sociedade.

Dúvidas mais frequentes

Desde a abertura pública para discussão do Parque Tecnológico, incluindo a cobertura midiática promovida pela Universidade, alguns pontos foram levantados. Segue um levantamento desses elementos e suas respostas.



- Universidade não será privatizada

O espaço físico para a implantação do Parque Tecnológico é da União, e sua estrutura será vinculada à Universidade, submetida aos regimentos internos da instituição e por ela administrada.



- Parque Tecnológico não é chão de fábrica

Não há reserva de espaço físico no Parque Tecnológico. Haverá uma licitação pública, com preço de mercado, para a ocupação por 20 anos. As próprias empresas vencedoras constroem os seus laboratórios e salas de funcionamento. O modelo de Parque é da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e não o Tecnopuc.



- Estudantes não serão mão de obra barata

Justamente pelas empresas estarem dentro da Universidade, o estágio não será considerado uma forma de obter trabalho qualificado por menor custo. O Parque ainda objetiva oferecer novas oportunidades de iniciação profissional para os alunos egressos e garantir o desenvolvimento social e humano.

Onde fica



Localizada no Câmpus do Vale, o Parque Tecnológico é de 13 hectares (130 mil metros quadrados). A área total do Câmpus do Vale é de 130 hectares, dos quais um pouco mais da metade é área urbana. A Universidade já dispõe da infraestrutura necessária para a ocupação da área correspondente aos aspectos ambientais correspondentes, antes mesmo de a Universidade iniciar o funcionamento. Outras áreas poderão, no futuro, ser disponibilizadas e cuja disponibilização será tema de futuras discussões.



ado

tecnológico

TEXTO **CAROLINE DA SILVA**
E **JACIRA CABRAL DA SILVEIRA**
FOTOS **FLÁVIO DUTRA** E **CADINHO ANDRADE**

o também foi
vez por manifes-
tearam o acesso
mbros da comu-
ca ao prédio da
caminhamento
ram realizados
blicos abertos
de março nos
e Central, re-

il, foi julgado,
rito da implan-
e. A sessão foi
UFRGS TV para
o de Atos, onde
cos e professores
o andamento da
diversas mani-
selheiros e sug-
s, o reitor Carlos
to anunciou o
do.

também a emenda
essor Paulo Edu-
rges de somar, a
texto do projeto,
esa e/ou compan-
outras organiza-
civil". Também

foi decidido pelos conselheiros adicio-
nalar um 23º objetivo ao Parque:
estimular o desenvolvimento de
tecnologias sustentáveis, limpas
e renováveis – opinião emanada
do representante discente Marcus
Vinícius Rossi da Rocha.

Para os dois meses seguintes,
a pauta é discutir como será feita
a gestão do Parque e o que deve
constar em seu regimento. Como
os debates foram produtivos,
serão promovidos outros sobre os
novos temas, porém as datas e os
locais ainda não estão definidos.
O andamento deve ser dado no
segundo semestre deste ano, sob
pena de perder financiamentos
importantes, conforme informou
o professor João Schmidt, pró-
reitor de Pesquisa e coordenador
da Comissão de Implantação.

Para colaborar com a discussão
sobre o tema, o Jornal da Universi-
dade apresenta tópicos do projeto
do Parque Tecnológico, além de
reproduzir a avaliação de dife-
rentes setores da sociedade, bem
como da comunidade acadêmica,
empresarial e científica.

entes

a respeito da implantação do Parque
e os próprios debates oficiais
s contraditórios foram levantados.
ua respectiva explicação.

- Não serão desalojadas famílias do entorno do Câmpus do Vale

A área para a construção é inteiramente da
Universidade, onde não existem ainda edificações,
e não há ocupação ilegal com residências.

- Parque incluirá tecnologias sociais

De acordo com a responsabilidade social
da Universidade e o compromisso com a
inovação também nessa área, o projeto contempla
a "tecnologia social".

- Não haverá destruição de mata nativa

O Parque Tecnológico da Universidade já
obteve seu licenciamento ambiental junto
aos órgãos do Meio Ambiente. Essa discussão já foi
finalizada.

- A UFRGS não será um playground da Fiergs

O objetivo é fazer com que a criatividade
e a inovação sejam um meio de prevalecer sobre
as grandes corporações e estimular a micro, a
pequena e a média empresas. O Parque será um
Órgão Especial de Apoio da UFRGS e de forma
alguma será gerido pela iniciativa privada.

e, a área proposta para a Fase 1 do Parque
(10 mil m²), incluídas áreas de preservação. A
área compreende aproximadamente 630 hectares, sendo que
100 hectares são de preservação ambiental.
A liberação da Prefeitura de Porto Alegre para
passar à primeira fase, bem como das licenças
para a proposta ser aprovada pelo Conselho
para fazer parte do Parque, que se pretende
tomar uma decisão posterior do Consun.



MARCIANO TOLEDO DA SILVA, do Movimento dos Pequenos Agricultores, participou do debate para justificar a relação da Via Campesina com a UFRGS: "Decorre daquilo que ela produz, como conhecimento e recursos humanos. Assim como qualquer cidadão, fazemos uso de tecnologias, mas as nossas são relacionadas à produção de alimentos, à saúde, à educação". Segundo ele, a análise da proposta do Parque permitiu trazer outros temas para discussão, como o uso, o controle e o financiamento da tecnologia, bem como a postura dos seus usuários. "Quais são os usuários que de fato estarão presentes no processo de implantação? Como se dará o controle social por parte da Universidade? Me preocupa uma conceitualização nova de extensão, que se reduziu a um processo de prestação de serviços. O que o Parque Tecnológico poderá ser se inovar, se for além do que existe em experiências de âmbito nacional e se contrastar com outras experiências de parques tecnológicos? Como ampliar a discussão e as oportunidades que um parque tecnológico pode oferecer para a UFRGS e para a sociedade?"

JOÃO SCHMIDT, pró-reitor de Pesquisa da Universidade, integrante da comissão que elaborou o projeto do Parque Tecnológico, afirma que o espaço físico a ser oferecido pelo parque será destinado a empresas e a entidades públicas ou privadas que tenham interesse em colaborar – com pesquisa, desenvolvimento e inovação – com a Universidade. Tais instituições poderão construir ou locar espaços para a construção de seus laboratórios a fim de desenvolver pesquisa. "Não haverá produção em larga escala", assegura o pró-reitor, somente o necessário para a testagem dos produtos. Schmidt ressalta que são muitos os países que já realizam com êxito essa aproximação com o setor empresarial, resultando em novas indústrias e empresas. Segundo ele, a experiência da UFRGS nesse sentido é antiga. Dá como exemplo o setor da informática: "Toda indústria de informática no Rio Grande do Sul nasceu na Universidade. Os primeiros produtos tecnológicos produzidos aqui geraram empresas fora e, a partir de então, se multiplicaram em todo o estado".

RICARDO FELIZZOLA, presidente do Conselho Administrativo da Altus, empresa de automação industrial, e membro do Conselho Universitário (Consun), destaca a importância da Universidade de adaptar-se à realidade mundial, no que tange ao desenvolvimento de pesquisa em parceria com o setor empresarial. Nesse sentido, ele reconhece o "fantástico trabalho dos professores-pesquisadores" e ressalta que o conhecimento produzido na Universidade se constitui em patrimônio da sociedade gaúcha. Por outro lado, ele critica as ações "não democráticas" de grupos minoritários que buscam emperrar a implantação do Parque Tecnológico, mas não considera que seja tempo perdido, pois acredita que a democracia tem um valor muito maior e independe do tempo que se leva para atingi-la.

RUALDO MENEGAT, professor do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia, comenta que a aproximação com o setor empresarial pode mudar a visibilidade a ser dada ao estudo, além de permitir melhor controle pela academia. Entretanto, adverte sobre a importância de a comunidade não vir a substituir a sua moeda acadêmica – que é o conhecimento – pelo dinheiro. Para ele, conhecimento não combina com riqueza: "O dinheiro ofusca a verdade; empalidece a busca da verdade". Rualdo destaca que a academia agrega aqueles que aprenderam a ensinar e a formar excelentes profissionais, que aprenderam a pesquisar com o CNPq e com todos os programas de fomento. "Agora, nos últimos 15 anos, estamos aprendendo a trabalhar com as grandes indústrias." Aspecto que ele considera importante, mas afirma ser necessária cautela, porque os critérios da indústria não são, necessariamente, nem os acadêmicos nem os do ensino. "Por isso temos de ter cuidado como acadêmicos – mesmo que discordemos das políticas do CNPq e dos comitês de avaliação –; eles são nossos pares."

EDUARDO MOACYR KRIEGER, ex-presidente da Academia Brasileira de Ciência, não vê com surpresa a aproximação das universidades com o setor empresarial e industrial. Para o pesquisador, essa aproximação vem ocorrendo em nível mundial e é especialmente importante em países em desenvolvimento como o Brasil. "É a forma encontrada de acelerar a transferência de conhecimento", comenta, e acredita que isso possa ser feito sem que a universidade regreda em sua missão. Por outro lado, recomenda precaução devido ao caráter distinto das entidades em questão. "Enquanto a lógica da universidade é cultural, de criação de novo conhecimento, consciente do passado e com vistas ao futuro; a lógica da empresa é inovação e o lucro." Em sua análise, Krieger amplia a função do Parque Tecnológico, não restringindo sua atividade à aproximação com as empresas. Para ele, o Parque deve cumprir a responsabilidade social da Universidade, fazendo retornar à sociedade o conhecimento produzido por seus pesquisadores: "É um compromisso mais amplo", conclui.



Sobrevida

Especialistas discutem as dimensões do caos social sofrido pela população chilena após o abalo sísmico

Jacira Cabral da Silveira

Proporcional à magnitude de 8,8 graus na escala Richter do terremoto que colapsou o Chile no dia 27 de fevereiro e à intensidade das consequências na superfície, o geógrafo e professor do Departamento de Geografia da Universidade do Chile, Hugo Romero, diz serem os efeitos na população, que mergulhou num caos social.

Além do sentimento de dor pelas perdas humanas e materiais, Romero atesta que o povo chileno foi vítima e algoz em situações de saque e vandalismo: “Essas atitudes parecem estar diretamente relacionadas à magnitude das perturbações (desastres naturais, sociais e políticos) e, inversamente, à força das redes e instituições sociais, por que sua ocorrência e gravidade dependem dos níveis de organização, equidade, justiça e transparência das organizações”.

De acordo com o relato do professor, três dias após o abalo sísmico, moradores tanto de bairros periféricos como de regiões de classe alta e média saquearam estabelecimentos comerciais, assaltaram edifícios públicos e residenciais. Alguns chegaram a praticar atos de vandalismo, incendiando e destruindo construções e instalações de infraestrutura.

Atitudes que provocaram espanto e temor geral no país. Segundo o professor, em toda parte, vizinhos de bairros e moradias organizaram-se e chegaram a empunhar armas de fogo para se defender diante dos “inimigos reais e imaginários”, muitos deles encorajados por rumores que circularam intensamente na Internet.

Os materiais roubados nos centros e nas áreas comerciais das cidades mais devastadas viraram mercadoria para venda nos bairros residenciais mais pobres. Enquanto isso, a polícia e os bombeiros dividiam o tempo entre o resgate de mortos e feridos e a coação aos crimes, sem contar a agravante da falta de iluminação: “No Chile, a eletricidade é interrompida quando um sismo supera os 6,5 graus para evitar incêndios e electrocussão da população”, relata.

Numa tentativa de compreender o que ocorreu após o abalo, Romero comenta que os desastres posteriores aos terremotos são essencialmente sociais, e as vulnerabilidades são, na sua maioria, sociais, políticas e culturais. “Por isso é que temos aprendido violentamente que tão importantes quanto os terremotos naturais são os terremotos sociais. A vantagem é que o controle destes e do caos social resultante depende inteiramente de nós”, reflete.



REPRODUÇÃO/AP

As magnitudes do terremoto

É preciso pensar tecnologias antissísmicas populares que sejam aplicáveis à realidade dos países latino-americanos

Consciência sísmica - Rualdo Menegat, geólogo do Departamento de Paleontologia e Estratigrafia do Instituto de Geociências da UFRGS, concorda com Romero: “A cidade fica um caos, não só pela ruína material e pela perda de vidas humanas, mas pelas pessoas, que ficam muito fragilizadas. O terremoto abala o espírito humano também”.

Pesquisador dos fenômenos da Terra, Menegat vivenciou em 2001 um terremoto de 8,4 graus de magnitude quando realizava uma série de palestras em Arekipa, no Peru. Logo após o abalo

sísmico, juntou-se à equipe de socorro imediato. Da experiência, ficou a certeza de que “vencer a depressão espiritual depois do terremoto talvez seja a maior de todas as dificuldades”, comenta.

Ainda que os estudos na compreensão dos terremotos tenham avançado muito em âmbito mundial, Menegat critica a mania dos latino-americanos de apenas chorar e não reagir culturalmente. “Precisamos vencer essa inércia na América Latina.”

Para Romero, algumas providências poderiam amenizar os efeitos das perdas materiais dos terremotos, tais como: não ocupar terras arriscadas, produzir mapas de riscos em todas as escalas, construir espaços de segurança nas áreas urbanas, fazer cumprir normas de construções e instalações sísmicas e não ultrapassar os quatro andares.

Menegat atribui uma parcela dessa letargia (comportar-se como se não existisse a possibilidade de ocorrer um terremoto nas regiões sísmicas) ao fato de tais fenômenos sempre terem feito parte da compreensão mítica dos mistérios da Terra: “Os terremotos não só produzem abalos em nossas edificações, mas tam-

bém influenciam nossas compreensões civilizatórias”, explica.

O geólogo conta que havia, entre os deuses da Grécia antiga, um de nome Hecatonguiro, filho de Gaia. Ele vivia no interior da Terra e possuía cem braços e cem pernas. Quando se mexia, por ser muito desajeitado, a Terra toda se movia. Também no Peru, na civilização Moche, entre 100 a.C. e o ano 800, havia o Degolador, um deus que, embora não fosse mau, representava o tsunami. “Para os moche, o terremoto ocorrido no Chile seria uma ação do Degolador. Isso existe na cultura ancestral da nossa América”, comenta o geólogo.

Edson Luiz André de Sousa, psiquiatra e professor da UFRGS, assim como Menegat, também considera que as concepções de mundo e da natureza são construídas no percurso histórico. Ele menciona a Igreja que durante muito tempo controlou certas “verdades” científicas, tentando preservar seus dogmas, assim como ocorreu com Kepler e Copérnico, que ousaram tirar a Terra do centro do sistema.

Mas a natureza não se vinga, insiste Menegat, ela é o que é, e cabe ao homem

entender a sua dinâmica: “O que diria um inca olhando esse desastre no Chile? Nos chamaria de estúpidos. Todas as construções incaicas eram antissísmicas por natureza”, explica o pesquisador. Com base nessa potencialidade ancestral, Menegat condena outra mania latino-americana de copiar e aplicar a ciência e as técnicas dos países desenvolvidos, deixando de olhar a realidade local.

As tecnologias antissísmicas para os países latino-americanos não podem ser as mesmas desenvolvidas no Japão, alega o geólogo. “O que de melhor podemos fazer pelo Haiti e pelo Chile é pensar tecnologias populares. Não podemos buscar alternativas caras, como as sapatas hidráulicas japonesas.” O professor da UFRGS compara a defasagem entre as verbas para pesquisa destinadas ao desenvolvimento de tecnologias espaciais e aquelas aplicadas em áreas como o estudo dos terremotos, por exemplo. “Estamos construindo uma estação orbital que custa bilhões de euros, mas quanto investimos para a prevenção de sismos ou para a ciência de prognóstico de sismos? Nada.”

Sobreviver ao fora de ordem

Se uma catástrofe como a vivida no Chile coloca em cena um “fora de ordem”, o desafio para cada um que sofre seus efeitos é tentar encontrar um sentido para o que vivenciou. Experimenta-se, portanto, o movimento de tentar construir alguma representação para esse excesso traumático.

A análise é do psicanalista e professor dos Programas de Pós-graduação em Psicologia Social e em Artes Visuais da UFRGS Edson Luiz André de Sousa. Ele define como trauma justamente o residual de um acontecimento que ultrapassa o indivíduo, surpreendendo-o, e para o qual não tem, em princípio, uma representação ao seu alcance. Nesse caso, o trabalho psíquico será justamente encontrar algum lugar na linguagem para esse “fora de ordem”.

“Há muitas ordens de catástrofes: as produzidas pela natureza e, evidentemente, as catástrofes arquitetadas pelo humano e produzidas na história da humanidade, como a shoah (holocausto) nazista.” De acordo com o pesquisador do CNPq e um dos coordenadores do Laboratório de Psicanálise, Arte e Política da Universidade, as explicações históricas e científicas ao mesmo tempo que nos ajudam a entender alguns mecanismos desses fenômenos, não garantem ao sujeito uma superação do trauma sofrido.

Isso porque cada catástrofe desafia singularmente o indivíduo a se posicionar subjetivamente diante da vida, fazendo uso de vários mecanismos para se defender desses traumatismos: refugia-se na negação, apega-se à religiosidade e à ideia de que

um destino o determina, ou sucumbe em sintomas como depressão, fobias, etc.

“Não há preparação possível para tudo aquilo que representa a destruição e a morte, mesmo que saibamos racionalmente de sua existência e tenhamos o mínimo conhecimento de história.” Para Edson, esses fatos surgem para revelar nossa condição de desamparo no mundo e “é claro que não aceitamos pacificamente essa condição”, observa.

Sigmund Freud, pai da psicanálise, enfatizava a condição de negar do sujeito, de recalcar o que a realidade produz. “No fundo, é uma defesa narcísica e, diria, até certo ponto, necessária. Contudo, é importante salientar a força do psiquismo para superar esses traumas.” Freud, lembra o profes-

sor, sempre pensou o luto como um trabalho, um esforço de reconstrução do mundo, de reinvenção da vida. “Essas catástrofes nos mostram também essa força humana”, relaciona.

Por outro lado, nem sempre as pessoas conseguem sobreviver às catástrofes do ponto de vista psíquico, pois sucumbem psiquicamente a esses acontecimentos, sem jamais conseguir recuperar a vida que levavam anteriormente. Edson diz que o fundamental para analisar o tema talvez seja perceber que o que resta da catástrofe seja o compromisso de testemunhar e, assim, poder transmitir a outros essa experiência. “Aqui há um horizonte de vida. Talvez aí se encontre algo de uma potência de vida. Isso porque narrar a um outro é uma forma de elaboração do trauma”, conclui.



De onde vem a gagueira?

Saúde

Pesquisas pioneiras no Brasil comprovam que o distúrbio não tem fundo emocional

Diante de um auditório ansioso pela conclusão da ideia, as sílabas custam a sair. Palavra após palavra, a frase estaciona nos trilhos do discurso e não consegue correr livremente até o seu destino. A impaciência então se transforma em angústia para quem fala, desacelerando ainda mais o ritmo de compreensão da mensagem. Essa é uma cena típica de quem sofre de gagueira, mal que atinge em média 1% da população mundial. Entretanto, a gagueira não é causada por fatores emocionais, mas está relacionada a um mau funcionamento do cérebro.

O que caracteriza o problema são prolongamentos, hesitações e repetições de sílabas ou palavras em determinado grau que rompem a fluência da linguagem e dificultam o entendimento do que está sendo dito. Na tese de doutorado defendida no ano passado no Instituto de Letras da Universidade, a fonoaudióloga Anelise Bohnen demonstra que a disfluência acontece 97% das vezes na primeira sílaba das palavras, seja longa ou curta, átona ou tônica. Ela esclarece que, apesar de a língua ser um elemento dinâmico, as palavras gaguejadas apresentam as mesmas características, reforçando a ideia de que o distúrbio está diretamente associado a problemas de articulação da linguagem, e não a fatores emocionais ou circunstanciais. Ao longo de várias décadas, conforme a pesquisa, o fenômeno tem o mesmo perfil. “Isso comprova que, estando na área da linguagem, a gagueira está relacionada ao funcionamento cerebral”, afirma a pesquisadora. Segundo o estudo desenvolvido por Anelise, 48% das palavras gaguejadas são monossilábicas, predominantemente preposições e conjunções. A explicação disso é que, ao que tudo indica, o cérebro prefere “trancar em palavras pequenas porque elas não prejudicam o significado e a compreensão do ouvinte, o que também acontece em outras línguas”, aponta.

A raiz do problema está em um comando neurológico que falha por causa da produção em excesso de dopamina, um dos controladores das ações involuntárias. Quando esse neurotransmissor sai da medida, o cérebro precisa reordenar os seus trabalhos e, enquanto isso, os movimentos que garantem a fluência são rompidos. Embora ainda não se saiba o porquê da produção

desequilibrada da dopamina, estudos do Instituto Nacional de Desordens da Comunicação dos EUA indicam que a origem desse desequilíbrio pode ser um fator genético. Assim, a reciclagem celular de neurônios estaria comprometida devido a mutações em genes específicos. Anelise confirma o prognóstico: “Sabe-se que há um componente hereditário importante. Mais de dois terços da população que gagueja tem história familiar”, expõe.

Como e quando tratar - O distúrbio costuma ser detectado entre os dois ou três anos de idade, quando o processo cerebral da formação da linguagem atinge seu ápice. Se o tratamento for iniciado ainda nessa fase, as chances de melhora são quase totais. Anelise esclarece que a gagueira tende a agravar-se

à medida que a pessoa se aproxima da fase adulta, pois o cérebro aprende por repetição. “A fala é a área motora da linguagem. De tanto repetir algo que não está adequado, vou deixar meu cérebro craque em gaguejar, assim como um esportista ou um músico em relação às respectivas habilidades.”

Os pais de uma paciente contam que detectaram a gagueira na filha a partir da sua crescente dificuldade de completar algumas palavras e logo buscaram auxílio fonoaudiológico. “Nossa filha, que recebeu acompanhamento desde antes dos três anos, após um tratamento de aproximadamente nove meses, não apresenta mais nenhum sinal da doença”, revelam. Caso semelhante é exposto pela família de um menino que teve a gagueira avaliada aos quatro anos. A mãe destaca a relevância do acompanhamento fonoaudiológico e lembra que o progresso é lento e gradual.

Apesar de o distúrbio não apresentar causas emocionais, a ansiedade e o estresse podem exacerbar as manifestações da doença, daí a importância de contar com a ajuda de um psicólogo durante a terapia fonoaudiológica. En-

frentar uma entrevista de emprego ou articular uma ideia diante do público são momentos nos quais a gagueira se torna mais saliente e a pessoa tende a se retrair. Uma das maneiras de conduzir a terapia é justamente induzir o paciente à fluência, recriando essas circunstâncias em consultório. Cabe ao fonoaudiólogo avaliar e tratar das questões técnicas e motoras, não dos aspectos emocionais. O que se pretende, em muitos casos, embora cada paciente apresente especificidades ao manifestar a doença, é reduzir a velocidade da fala. “As pessoas que gaguejam têm tendência a falar muito rápido, porque estão trancadas. De repente, sentem que devem recuperar o tempo perdido e acabam gaguejando. Reduzir a velocidade de fala é importante porque dá tempo para o cérebro organizar-se melhor”, explica Anelise.

Há diferentes níveis de gagueira, e mesmo adultos com um padrão mais severo do distúrbio podem progredir bastante. Nesses casos, é indicado que o tratamento seja mantido durante toda a vida, de forma que a habilidade de falar com fluência seja constantemente aprimorada. Para uma professora que

detectou a gagueira na adolescência, os melhores resultados foram obtidos aos 41 anos, com o intuito de resolver a gagueira que afetava suas pregas vocais, a respiração ao falar e a intensidade de emissão vocal.

O designer gráfico Geraldo Mottola aprendeu a encarar com bom humor a gagueira, acentuada aos 8 anos de idade. Apesar de ter sido tratado unicamente por psicólogos, defende o trabalho integrado entre a fonoaudiologia e a psicologia. “Posso assegurar que é uma situação difícil para uma criança lidar. Na ansiedade de falar, desordenamos a respiração. Se um dos meus filhos tivesse esse tipo de problema, investiria no tratamento fonoaudiológico e acompanharia ainda mais de perto sua vida escolar.”

Embora as perguntas sobre a origem da disfunção cerebral responsável pela gagueira ainda estejam sem resposta, associá-la à linguagem, e não simplesmente à ansiedade, já é um grande passo para incrementar o tratamento.

Maria Elisa Lisboa, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



O designer gráfico Geraldo Mottola, que convive com a gagueira desde a infância, considera fundamental o tratamento fonoaudiológico

Medicação promete cura

Previsões apontam para que, a partir de 2013, quem sofre de gagueira terá acesso a uma medicação capaz de garantir a sua cura. Avanços na área da neurofarmacologia sinalizam que determinadas substâncias reduziram a produção de dopamina – neurotransmissor que, em excesso, compromete a articulação da linguagem pelo cérebro e intensifica os sintomas do distúrbio.

O médico e pesquisador americano Gerald Maguire, da Universidade da Califórnia, comanda um grupo de cientistas que atualmente investiga, além de formas de bloquear a dopamina, substâncias para ativar as funções de um outro neurotransmissor, o GABA, que aprimora as atividades cerebrais e reduz os sintomas ansiosos associados à gagueira. Essa medicação, conhecida como pagoclone, tem mostrado dados encorajadores, conforme Gerald. Ele explica que a equipe vem testando os efeitos do pagoclone individualmente,

a fim de averiguar como ele atuaria sem a terapia do fonoaudiólogo. No entanto, já se pode considerar que o uso do remédio, combinado com o acompanhamento das técnicas de fala, resultaria em melhoras significativas. “Os tipos de tratamentos que existem atualmente não curam a gagueira, mas amenizam seus sintomas consideravelmente. A partir do conhecimento das causas genéticas do distúrbio, é plausível que sejamos capazes de desenvolver, aí sim, a solução para o problema”, argumenta. Se as pesquisas seguirem no ritmo em que se encontram, a FDA (Food and Drug Administration) – órgão estadunidense controlador de alimentos e da medicação – deve aprovar o produto em breve.

Enquanto a cura da gagueira ainda não é realidade, vale apostar, por exemplo, na própria voz de quem gagueja, que também pode ser um forte aliado no tratamento dessa disfunção lin-

güística. A fonoaudióloga e pesquisadora Anelise Bohnen ilustra que a pessoa, em muitos casos, para de gaguejar quando alguém a acompanha na leitura de um texto: “É como se uma segunda voz atenuasse as hesitações ou os prolongamentos da fala, abrindo caminho para a fluência”, elucida. A solução, portanto, é fazer com que o paciente escute sua própria voz, modificada eletronicamente e emitida um pouco depois da sua formulação. Isso é feito por um aparelho acoplado à orelha e que já pode ser encontrado no mercado, chamado Speecheasy.

O avanço da genética, das imagens cerebrais e das pesquisas farmacêuticas, conforme Meguire, fazem com que a gagueira seja atualmente melhor entendida: “Hoje se interpreta esse distúrbio como uma disfunção neurológica, e não mais como uma consequência emocional ou comportamental”, conclui o pesquisador.

A gagueira na web

O Instituto Brasileiro de Fluência (IBF) está na Internet e disponibiliza artigos, notícias, vídeos e depoimentos informativos a respeito da gagueira. O endereço eletrônico é www.gagueira.org.br/. Além do IBF, pacientes da disfluência também podem participar de listas de discussão e grupos de apoio por meio da Associação Brasileira de Gagueira, acessível pelo link www.abragagueira.org.br. Para quem deseja acompanhar os passos da pesquisa sobre o medicamento contra a gagueira da Universidade da Califórnia, as opções na rede são www.stutteringstudy.com e www.healthcare.uci.edu/psych/stuttering.



Diálogo (não) expresso

América Latina

Dois professores de Literatura opinam sobre o intercâmbio das obras

Caroline da Silva

Antônio Sanseverino e Luís Augusto Fischer, professores de Literatura Brasileira da UFRGS, viajaram à capital argentina em março integrando a comitiva do evento *Expresso Porto Alegre en Buenos Aires*. Sanseverino participou de um curso no Centro Cultural Ricardo Rojas, da Universidade de Buenos Aires, com o secretário Municipal de Cultura Sergius

Gonzaga, também docente de nossa Universidade. A dupla já havia realizado iniciativa semelhante em Montevidéu em 2007.

Fischer ministrou com Arthur de Faria três encontros sobre música popular brasileira. A fim de discutir a interação – ou a falta dela – entre as culturas literárias latino-americanas, o *Jornal da Universidade* propôs as mesmas questões aos dois pesquisadores, contrapondo as impressões sobre as diversas escritas.



FOTOS CARLOS FURMAN/DIVULGAÇÃO

JU - O que, da literatura brasileira, se pode dizer que é bastante publicado atualmente nos países vizinhos, como Argentina e Uruguai?

Luís Augusto Fischer - Creio que só mesmo o óbvio: Jorge Amado e Paulo Coelho, em grande escala. Mas já começam a aparecer vários outros autores mais recentes e mais qualificados. Nesta ida, eu vi nas livrarias livros do Dionélio Machado, do João Gilberto Noll e do Caio Fernando Abreu, além de livros de poemas da Adélia Prado e do João Cabral. Saiu nova tradução de *Grande sertão: veredas*, feito notável. Até o fim do ano sai uma antologia da poesia do Mario Quintana.

JU - É verdade que eles não têm dimensão da importância de Machado de Assis para a nossa prosa?

Fischer - Não têm não, quase nem o conhecem, nem mesmo os que estudam literatura brasileira. Preferem gente mais nova, mais próxima da experiência recente, ou os modernistas. Oswald de Andrade parece falar muito à alma dos portenhos, assim como os poetas concretos.

JU - De fato, que autores brasileiros são conhecidos na América Latina?

Fischer - Os dois que citei e mais pouquíssima coisa. Em alguns lugares se encontram livros do José Mauro de Vasconcelos, que aqui ninguém lê mais, mas que por lá tiveram grande êxito por muitos anos. Os nossos maiores, de fato – Machado, Drummond, Guimarães Rosa, Nelson Rodrigues –, simplesmente não são lidos por lá.

JU - E quais obras de autores latino-americanos, de maneira mais abrangente, são difundidas e analisadas no Brasil?

Fischer - De maneira abrangente, que alcance o ensino médio, nenhuma obra hispano-americana é conhecida no Brasil. No circuito universitário, há alguns autores de relativa leitura, como Cortázar e Borges, mais García Márquez e alguma coisa de Vargas Llosa.

JU - Que obras de autores latino-americanos deveriam ser destaca-

A Argentina tem interesse em nossa cultura, fortemente pela canção popular

das e estudadas em nosso país?

Fischer - Borges e Cortázar, para começar. Dos mais recentes, Juan José Saer, Tomás Elói Martínez, Mário Levrero. Assim como os mais novos ainda: Ricardo Piglia, Alan Pauls, Roberto Bolaño e outros.

JU - Pode-se concluir que o nosso país, por ser o único em que se fala português no continente, tem a sua literatura menos difundida?

Fischer - É um desconhecimento recíproco. Ocorre que a gente não teve um representante no chamado “boom” dos anos 60 e 70, quando muitos autores, então jovens, apareceram na Europa e, por isso, chamaram a atenção da opinião mundial. Foi o caso do colombiano García Márquez, do peruano Mário Vargas Llosa, dos argentinos Jorge Luis Borges e Julio Cortázar. Em torno deles, circulou todo um grupo de escritores. E é preciso levar em conta outra fragilidade nossa: é que os *hermanos* escrevem em espanhol, que é uma língua culta na Europa (isso sem contar que quem escreve em espanhol sempre pode querer “acontecer” na própria Espanha, um grande mercado de livros). Nós, de nossa parte, escrevemos em português, língua que na Europa não é respeitada como veículo de grande cultura letrada, dada a fragilidade de Portugal.

JU - Essa falta de conectividade poderia ser sanada com a recente aprovação da obrigatoriedade do ensino de espanhol nos níveis fundamental e médio?

Fischer - Certamente, mas não se pode ter certeza de que as leituras que serão realmente feitas vão alcançar autores do século XX; há uma tendência talvez ainda grande de ficarem com os clássicos espanhóis. Nada contra Cervantes, mas tudo a favor dos mais recentes.

JU - Que autores brasileiros são bastante publicados atualmente nos países vizinhos?

Antônio Sanseverino - Em primeiro lugar, a tendência é a leitura em tradução para o espanhol. É raro encontrar exemplares para se ler direto em português. Em segundo lugar, nas bibliotecas não há muita renovação do acervo para incorporar títulos de autores brasileiros. Nas livrarias, é possível encontrar traduções de diversos autores. Há Machado de Assis, João do Rio, Silviano Santiago, entre outros, selecionados a partir de critérios nem sempre fáceis de entender. Há duas traduções recentes: uma nova de *Grande Sertão: Veredas* e outra de *Os Ratos*. Parece-me, no entanto, que são tiragens restritas. O que ainda tem apelo são *best sellers* aqui e lá.

JU - Qual a recepção de Machado de Assis fora do Brasil?

Sanseverino - Os professores da Universidade de Buenos Aires têm dimensão da relevância de Machado e interesse em divulgá-lo. Mesmo assim, um deles contou que, ao ministrar a cadeira de Literatura Brasileira, os alunos vieram agradecer ao final por terem descoberto Machado de Assis. Basta compararmos com o Brasil. Para qualquer leitor médio, lembremos o que significam os nomes de Borges, Cortázar, para falar dos argentinos, além de García Márquez, Llosa, entre outros. Jorge Luis Borges é uma referência obrigatória para nós. Não se pode dizer o mesmo de Machado para os argentinos.

JU - De fato, que autores brasileiros são conhecidos na América Latina?

Sanseverino - Primeiro, acho que seria importante desmembrar cada um dos países ou diferentes regiões da América Latina. Como se vê na questão anterior, existe uma diversidade de públicos. Se pensarmos na ordem do número de exemplares editados, na circulação da mídia, teremos agora figuras como Paulo Coelho e, antes, Jorge Amado – guardando as devidas proporções. Se pensarmos em títulos diversificados e públicos especializados, há traduções desde José de Alencar e Machado até contemporâneos como

Os hermanos têm um maior índice de alfabetização e leitura, com lugar para as livrarias

Rubem Fonseca, Scliar, Noll, Caio F. Abreu, passando por Guimarães Rosa e Clarice. Na poesia creio que sejam Bandeira e Drummond, além de Oswald (nome de vanguarda) e Augusto de Campos (concretista). O número de traduções, no entanto, é pequeno.

JU - Dado o isolamento da língua portuguesa, temos a literatura menos difundida?

Sanseverino - É uma hipótese bastante plausível. De fato, a nossa história encaminhou uma cultura mais voltada a si mesma, interessada em estar emparelhada com a França, a Inglaterra e os Estados Unidos. Não há propriamente um grande interesse pelos países da América Latina. Assim, existe a diferença de língua e a barreira criada por isso, e há também uma formação que põe as duas culturas em separado. É claro que deve ser considerada a especificidade das regiões de fronteira, que coloca essa relação em outro patamar. No Rio Grande do Sul, temos a tendência a nos envolver mais com a cultura latino-americana.

JU - Na tua opinião, que obras de autores latino-americanos deveriam ser destacadas e estudadas em nosso país?

Sanseverino - Poderia recomendar a leitura de Martín Fierro, referência para pensarmos Simões Lopes Neto. Sarmiento e Facundo, talvez sejam referências importantes para se pensar a tensão entre civilização e barbárie e aproximando-os de Euclides da Cunha. Sei que essas listagens são perigosas, pois elas são permeadas por vazios e esquecimentos.

JU - E a obrigatoriedade do ensino de espanhol?

Sanseverino - É provável que aumente o contato do Brasil com os países vizinhos para além do futebol e da canção.

JU indica

Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa

César Augusto Barcellos Guazzelli, Mariana Flores da Cunha Thompson Flores e Arthur Lima de Ávila (orgs). Editora Letra & Vida, 2009, 276 págs. R\$ 25 (valor médio)



A coleção de 12 textos reunida neste livro resulta do seminário Fronteiras Americanas: Experiências Historiográficas e de Pesquisa, realizado na UFRGS em junho de 2007 pelo grupo de pesquisa denominado “Fronteiras Americanas”. Liderado pelo professor César Augusto Barcellos Guazzelli, o grupo aproxima estudiosos e pesquisadores interessados no estudo das fronteiras do continente americano. Na coletânea, historiadores tentam compreender esses limites como um modo de ligação entre dois mundos. No texto “As Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul”, Caroline Silveira Bauer busca definir o conceito de “fronteiras ideológicas” a partir das ditaduras implementadas no Cone Sul nas décadas de 1960 e 1970. A autora expõe como os conflitos ideológicos desse período serviram de justificativa para ampliar as ações repressivas para além dos limites políticos e territoriais de seus países. A colaboração entre os regimes de segurança nacional permitiu o controle sobre os cidadãos que se encontravam exilados, com a troca de informações exercendo forte papel na instalação dos regimes repressivos. A institucionalização dessas relações, como a Operação Condor de 1975, confirmou a importância da rede de cooperação. No mesmo sentido, funcionou a mobilização de mesmo caráter articulada por organizações de direitos humanos, que buscavam garantir milhares de vidas em todo o continente. (Natália Blumberg)

Do otimismo liberal à globalização assimétrica: a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)

André Luiz Reis da Silva. Juruá Editora, 2009, 1.ª edição, 336 págs. R\$ 78 (valor médio)



A obra, que é fruto da tese de doutoramento do autor junto ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS, aborda a política externa implantada nos dois mandatos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso. Durante seu governo, o Brasil esteve no centro de uma intensa polêmica ideológica e foi desafiado a se adequar às transformações do sistema internacional pós-Guerra Fria, de contornos ainda não muito definidos, mas fortemente marcada pela unilateralidade estadunidense. Internamente, a consolidação da democracia e a estabilidade econômica eram apontadas como os maiores desafios. Com prefácio assinado pelo professor Paulo Fagundes Visentini, o livro também apresenta uma análise histórica da diplomacia brasileira, mostrando como ela pode ser utilizada como instrumento para o desenvolvimento nacional. (Cadu Caldas)



Uma casa para a OSPA

Música

Enquanto luta por um espaço definitivo, Orquestra usa o Cais do Porto para ensaiar

“Eu venho de uma cidade que tem uma orquestra sinfônica.” As palavras do escritor gaúcho Érico Veríssimo inspiram-se nos acordes da sexagenária Fundação Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, a OSPA. Sedimentada na história cultural sul-rio-grandense, a Fundação não possui um local próprio para ensaios e concertos desde a sua origem e, apesar das condições inadequadas, está alojada desde março no Armazém 3 do Cais do Porto. Dali sairá somente quando a sede definitiva no parque Harmonia estiver erguida. Enquanto reúne recursos para a obra, a segunda orquestra mais antiga do país segue se apresentando no Salão de Atos da UFRGS e tendo como companheiro de trabalho o Lago Guaíba.

De um canto para outro – A realidade itinerante desafia a equipe de músicos e a direção da OSPA há cerca de 25 anos, quando a orquestra passou a alugar o prédio do Teatro Leopoldina, na Avenida Independência. Antes disso, a UFRGS era utilizada para ensaios e apresentações. Como o Leopoldina não pertencia à Fundação, investir em reformas não era permitido e, com o tempo, as condições daquele lugar tornaram-se precárias. “Deixamos o local em 2007 e ficamos literalmente sem teto”, relembra o violinista e presidente da Associação de Funcionários, Elsdor Ricardo Lenhardt. Ele explica que ensaiar num espaço e apresentar-se em outro compromete a qualidade do resultado da orquestra. “Trabalhamos por referências de áudio para afinar, obter o ritmo... Trocar de ambiente faz com que essas referências se percam, pois cada local tem um tipo de acústica.”

O compositor e professor de música

do Instituto de Artes da Universidade Dimitri Cervo compartilha do mesmo raciocínio. Ele defende que o Salão de Atos é um lugar ótimo do ponto de vista da plateia, mas, com relação à acústica, não está preparado. No caso do Cais do Porto, parte do problema vem sendo minimizado pelo uso de carpetes e placas sonoras, além de cortinas que servem como elementos de absorção.

“Vejo com tristeza a situação de só hoje a OSPA ter a chance de ter uma casa. É preciso fazer um esforço sobre-humano para conseguir recursos e tocar adiante”, lamenta o presidente da Fundação, Ivo Abrahão Nesralla. Ao deixar o Teatro da Av. Independência, a equipe foi alocada no Salão Negrinho do Pastoreio, dentro do Palácio Piratini – ambiente que, segundo Elsdor, também era inapropriado. “A grande época de se ter construído um teatro para a OSPA foi nas décadas de 60 ou 70, quando havia mais verbas e as coisas eram diferentes”, argumenta.

Dimitri interpreta a situação da Orquestra como dependente da articulação estatal. “Para isso se resolver, é necessária vontade política. A atual gestão da cultura foi uma das piores no estado. A direção tem-se empenhado muito, mas falta apoio.”

Tocar para todos – A partir da encampação da então Sociedade Orquestra Sinfônica de Porto Alegre pelo Estado, em 1965, e da sua respectiva transformação em Fundação sob forma autárquica, a OSPA desempenha um considerável papel social, tanto na formação de público quanto na profissionalização de músicos. Além de levar a música à população do interior por meio de concertos em igrejas e espa-



O violinista Elsdor Lenhardt vê performances da OSPA prejudicadas por acústica inadequada

ços públicos, aulas gratuitas vinham sendo oferecidas no Conservatório Pablo Komlós, existente há 30 anos. Grande parte dos integrantes da Orquestra foi formada inicialmente pelo Conservatório. Porém, essas atividades não estão ocorrendo atualmente por falta de corpo docente, que já foi composto por 14 músicos e hoje tem apenas quatro profissionais.

O presidente da Fundação explica que, desde 2002, o Tribunal de Contas não permite que se façam contratações extras. Agora o objetivo é criar uma nova lei que permita chamar profissionais da OSPA a ensinar na escola.

A socialização da música dita clássica está levando à ampliação de plateias, como defende Dimitri, embora ele acredite que essa formação passe por questões educacionais e socioeconômicas mais profundas. “Além da colmeia, nós também precisamos do

mel, e o mel é a arte, é a essência. Para se ter uma arte de alto nível, precisa-se de músicos e maestros qualificados, e isso demanda recursos.” Nesse sentido, um dos períodos críticos para a OSPA foi, conforme Elsdor, no início de 2003, quando a Orquestra contava com 51 músicos efetivos. Mesmo com a abertura de concursos e a contratação de novos profissionais, ainda há uma defasagem no quadro, principalmente devido ao processo de aposentadoria de muitos funcionários. Atualmente, o número total de músicos da Orquestra é de 91, mas ainda em 2010 vinte novas vagas deverão ser preenchidas por meio de concurso público.

Harmonia no parque – O que também está previsto para este ano é a reunião dos recursos necessários para erguer a sede definitiva, projetada para o parque da Harmonia, em um terreno

cedido pela prefeitura. “O dinheiro para a construção virá em grande parte da iniciativa privada, graças à Lei Rouanet”, informa Ivo Nesralla. De acordo com ele, a pesquisa geológica da área já está finalizada, mas a previsão de entrega do complexo depende das verbas que forem sendo arrecadadas. A Sala Sinfônica terá capacidade para 1.500 espectadores. O regente titular Isaac Karabtchevsky, avalia como positivo o fato de trabalhar próximo ao Lago, tanto no período atual quanto futuramente: “Essa é uma fase provisória e inspiradora. A composição ‘água e música’ é emblemática”. Para ele, apesar de tudo, comemorar 60 anos é um ato de heroísmo, sinal de empatia profunda entre a população, seus governantes e a Orquestra.

Maria Elisa Lisboa, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico



No tom

Não há linguagem mais universal que a música, sonoridade mais ancestral que a percussão e ritmo mais orgânico que o produzido pelo próprio corpo humano. Quem ajudou a lotar o primeiro show do Unimúsica 2010 sabe do que estou falando. A programação deste ano, voltada exclusivamente a músicos percussionistas, foi aberta pela grande performance dos paulistas do Barbatuques.

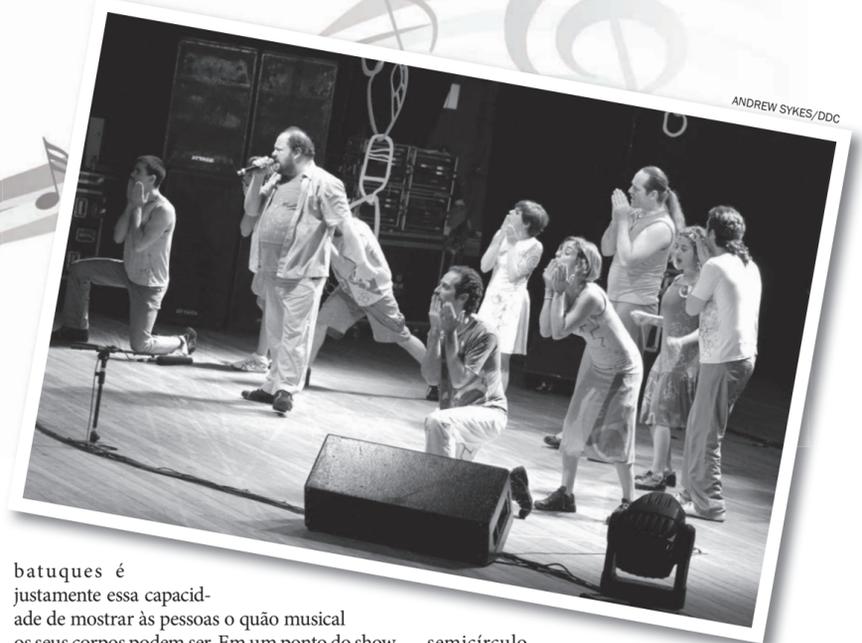
Quatorze pessoas compõem o grupo, que é uma verdadeira orquestra corporal. De suas bocas, pés e palmas das mãos, surgem flautas e cítaras, baixos e chocalhos, xilofones e uma bateria completa. O produto é uma musicalidade surpreendente, em resultado do que cada música possui uma identidade. No repertório, fica nítido o extenso rol de influências do grupo, que apresentou desde elementos típicos do folclore brasileiro até experimentações musicais de teor quase psicodélico.

Por um instante, o que se ouviu foi o lamento

de lavadeiras baianas, contundente como os pontos cantados das religiões afro-brasileiras. Em seguida, complexas vocalizações transformaram o som em algo estranho, espacial, com uma roupagem bem mais minimalista. Logo após, um xote tipicamente nordestino entrou em cena junto a um poderoso vocal que mais lembrava o rap norte-americano.

Durante essa saborosa salada musical, o Barbatuques ainda dançava em conjunto, mas seus passos eram apenas uma extensão dos movimentos necessários para produzir sons. Assim explica o idealizador do grupo, Fernando Barba: “Nós não chamamos de coreografia porque normalmente esse termo está associado a uma dança em cima de uma música – ou você está tocando ou está dançando. Mas a gente se sente nos dois papéis. Nós tocamos a música que gera o movimento que gera a dança”.

O mais interessante no trabalho do Bar-



batuques é justamente essa capacidade de mostrar às pessoas o quão musical os seus corpos podem ser. Em um ponto do show, o fundador do grupo demonstrou à plateia algumas formas de se produzirem sons com as mãos e a boca, e literalmente orquestrou a multidão. Depois disso, o nível de envolvimento do público visivelmente aumentou. Como diz Lu Horta, “a percussão corporal é uma experiência muito forte; você nem precisa explicar muito, quando a pessoa faz, ela sente”.

A apresentação acabou de maneira bombástica. Quando os músicos retornaram para o bis, Barba chamou quem quisesse subir ao palco para um grande improviso de sonoridades corporais. Cerca de 70 pessoas se prontificaram, e só a insistência do músico impediu a superlotação. Um grande

semicírculo foi formado com a proposta de que cada um acrescentasse um som diferente ao que estava sendo feito pelos colegas à sua volta. Contando, parece maluquice, mas a música surgida desse exercício foi caoticamente fantástica. Barba diz que “todo mundo tem o ritmo dentro de si”, e é verdade. Tudo que está vivo possui uma cadência, seja o pulsar do coração, o ato de respirar, o ciclo da fotossíntese ou os movimentos de nosso planeta. Durante a vida inteira somos seres ritmados – o Barbatuques nos lembrou disso.

Riel Fagundes, estudante do 6.º semestre de Jornalismo da Fabico

DESTAQUE

Estudantes em cena

8.^a Mostra Anual Universitária de Teatro apresenta seleção de peças de alunos do DAD

De abril a novembro, ocorre a oitava edição da Mostra Anual Universitária de Teatro, evento organizado pelo Departamento de Arte Dramática do Instituto de Artes da Universidade dentro do projeto Teatro, Pesquisa e Extensão (TPE). Criado com o objetivo de proporcionar aos estudantes da área de Arte Dramática um exercício regular diante do público, assim como a experiência da produção de espetáculos, o projeto mantém uma programação que promove o gosto pela arte teatral na comunidade.

Neste semestre, as apresentações, sempre com entrada franca, ocorrerão



na Sala Alzira Azevedo (Av. Salgado Filho, 340), com sessões todas as quartas-feiras, às 12h30min e às 19h30min. A partir de agosto, a Mostra será realizada na Sala Qorpo Santo (Rua Luiz Englert, s/n.º - Câmpus Centro), nos mesmos dias e horários.

O espetáculo Na Solidão (foto), que estreou em 7 de abril, abriu a temporada, trazendo um trabalho originado na disciplina

Estágio de Atuação I, sob orientação das professoras Marta Isaacsson e Suzane Weber. Inspirada na obra "Na solidão dos Campos de Algodão", de Bernard-Marie Koltès, a peça une o teatro à dança, mostrando os encontros e desencontros dos relacionamentos e também a satisfação dos desejos entre os homens, temática recorrente na obra deste autor. No elenco, os alunos Giuli Lacorte e Leticia Paranhos.

PROGRAMAÇÃO

A FINA FLOR

Roteiro de Leticia Pinheiro e Thiago Pirajira, a partir de material autobiográfico, coletado em saídas de campo, e de fragmentos de textos de obras literárias de Clarice Lispector e Marguerite Duras. Orientação do professor Irion Nolasco. Direção de Júlia Rodrigues. Sessões: 5, 12, 19 e 26 de maio
Local e horários: Sala Alzira Azevedo, às 12h20min e às 19h30min

QUEM TEM MEDO DE VIRGÍNIA WOOLF?

Peça do dramaturgo Edward Albee que se debruça sobre a relação de um casal de meia idade, cuja relação é repleta de acusações e de ressentimentos. Direção de Eve Mendes, com orientação dos professores Francisco de Assis de Almeida Junior e Rodrigo

Ruiz. Elenco: Alexandre Borin Antunes, Tefa Polidoro, Karine De Bacco e Marcelo Pinheiro. Sessões: 2, 9, 16 e 23 e 30 de junho
Local e horários: Sala Alzira Azevedo, às 12h20min e às 19h30min

À MARGEM DA VIDA

Texto de Tennessee Williams que diseca as consequências da crise de 1929 sobre uma família norte-americana. Direção de Patrick Peres, sob a orientação dos professores Francisco de Assis de Almeida Junior e Rodrigo Ruiz. Elenco: Dudu Engers, Franciele Aguiar, Henrique Monteiro e Martina Fröhlich. Sinopse: A família Wingfield vive assolada pelas graves consequências da crise econômica de 1929, a qual gerou fortes transformações na

sociedade estadunidense nos anos 30. Não lhes resta se não a busca de um mundo ilusório, a fuga da dura realidade que os aprisiona e sufoca. Sessões: 4, 11, 18 e 25 e 30 de agosto
Local e horários: Sala Qorpo Santo, às 12h20min e às 19h30min

EM TRÂNSITO

Homem preso no trânsito atende ao telefone e é levado a um lugar surpreendente. Espetáculo com direção de Sissi Venturin e orientação das professoras Leonor Mello e Jezebel de Carl. Elenco: Lisandro Bellotto. Sessões: 1.º, 8, 15, 22 e 29 de setembro
Local e horários: Sala Qorpo Santo, às 12h20min e às 19h30min

EXPERIMENTO NELSON

3 - BOCA - CORTE 1
Espetáculo que apresenta

fragmentos do primeiro ato do texto "Boca de Ouro", de Nelson Rodrigues. Trabalho desenvolvido com orientação das professoras Cristiane Werlang e Gisela Habeyche. Elenco: Aline Jones, Paulo Salvetti e Rosendo Rodrigues. Sessões: 6, 13, 20 e 27 de outubro
Local e horários: Sala Qorpo Santo, às 12h20min e às 19h30min

TNT - UMA COMÉDIA EXPLOSIVA

Peça baseada em texto de David Ives, no qual três atores vivem em uma disputa amorosa. A orientação é da professora Inês Marocco. Elenco: Celso Zanini, Philippe Philippen e Luiza Pezzi. Sessões: 3, 10, 17 e 24 de novembro
Local e horários: Sala Qorpo Santo, às 12h20min e às 19h30min

CINEMA

Cinema e homossexualidades

Mostra que inaugura a parceria entre a Sala Redenção - Cinema Universitário e o Coletivo LGBT da UFRGS, que reúne docentes, técnicos e alunos. Apoio do Centro de Entrenimento E o Vídeo Levou e curadoria de Tânia Cardoso de Cardoso, Paulo Faria e Guilherme Mautone. Sessões com entrada franca.

UM AMOR QUASE PERFEITO

(Itália, 2001, 105 min), de Ferzan Ozpetek. Viúva é surpreendida pela descoberta de que seu marido mantinha um relacionamento homossexual. Ao aproximar-se do antigo companheiro do marido, ela percebe muitas afinidades. Debatedores: Tânia Cardoso de Cardoso, Coordenadora e curadora da Sala Redenção, e Alexandre Bello, professor e doutorando em Educação pela UFRGS. Sessões: 22 de abril, às 19h; 23 de abril, às 16h

WILDE



(Reino Unido, 1997, 118 min), de Brian Gilbert. O filme retrata a inteligência, as lutas emocionais e a repressão da sociedade vitoriana, que criaram o pano de fundo para o surgimento do genial dramaturgo e sua tragédia. Debatedor: Roger Raupp Rios, Juiz Federal e Corregedor da Justiça Federal da Quarta Região. Sessões: 23 de abril, às 19h; 26 de abril, às 16h

TOMATES VERDES FRITOS

(Estados Unidos, 1991, 130 min), de Jon Avnet. Mulher que sofre com a falta de atenção de seu marido conhece idosa que lhe conta a história de uma jovem dos anos 20 que enfrentou o preconceito e o racismo de uma cidade do interior norte-americano. Sessões: 26 de abril, às 19h; 27 de abril, às 16h

A LEI DO DESEJO

(Espanha, 1987, 102 min), de Pedro Almodóvar. Rapaz que foi molestado por seu pai faz uma cirurgia e muda de sexo. Seu irmão tenta seduzir um moço, mas um crime muda a vida dos três. Sessões: 27 de abril, às 19h; 28 de abril, às 16h

QUANDO A NOITE CAI

(Canadá, 1995, 93 min), de Patricia Rozema. Professora de uma escola religiosa conservadora vê seu mundo virar de cabeça para baixo ao se apaixonar por uma jovem e espirituosa artista de circo. Sessões: 28 de abril, às 19h; 29 de abril, às 16h

TODAS AS CORES DO AMOR

(Irlanda, 2003, 85min), de Elizabeth Gill. Quando uma jovem flagra seu namorado beijando outra moça, tem início uma série de reações em que cada personagem tenta resolver a questão do que é um relacionamento perfeito. Sessões: 29 de abril, às 19h; 30 de abril, às 16h

TUDO SOBRE MINHA MÃE



(Espanha, 1999, 101min), de Pedro Almodóvar. Mãe que acabou de perder o filho num trágico acidente viaja a Barcelona em busca

do pai do garoto. Acaba reencontrando personagens de uma vida que abandonou e conhece duas mulheres que abrirão o caminho para uma mudança em sua vida. Debatedora: Kathrin Holzermayr Rosenfield, professora do Departamento de Filosofia do IFCH-UFRGS. Sessão: 30 de abril, às 19h

"U.S.A. não abusa!" Os Estados Unidos da América em Tempos de Guerra

Projeto de extensão que aborda a história dos Estados Unidos por meio de seu envolvimento em conflitos bélicos, desde o processo de independência, passando pela consolidação nacional e pela busca de hegemonia internacional. As sessões serão seguidas de palestras com convidados. Coordenação: professor César Augusto Barcellos Guazzelli

5.^a Jornada - Guerra na Europa: os Estados Unidos na Primeira Grande Guerra

JOHNNY VAI À GUERRA (1971, 106 min), de Dalton Trumbo

A vida e a agonia de um soldado reduzido a um torso em combate durante a 1.ª Guerra Mundial. Por meio de um monólogo interior, o espectador testemunha o que foi a vida do jovem soldado. Debatedores: Carla Brandalise e Miguel dos Santos. Sessão: 24 de abril, às 15h30min. Ingresso: R\$ 3

6.^a Jornada - Guerras na Ásia: os Estados Unidos na Segunda Grande Guerra.

A UM PASSO DA ETERNIDADE



(1953, 118 min), de Fred Zinnemann. Em 1941, soldado tem sua vida infernizada por um capitão que deseja obrigá-lo a ingressar na equipe de boxe da companhia. Debatedores: Luiz Dario Teixeira Ribeiro e Dante Guimaraens Guazzelli. Sessão: 08 de maio, às 15h30min. Ingresso: R\$ 3

Cine Doze e Trinta

Relembrando as tardes ociosas da infância, o projeto apresenta a Sessão da Tarde, com sucessos que marcaram época. Vote pelo site www.difusaocultural.ufrgs.br/votacao e escolha um dos três filmes abaixo. Sessão: 27 de abril. Local e horário: Auditório do ILEA. Entrada franca

QUERO SER GRANDE



(EUA, 1988, 98 min), de Penny Marshall. Menino pede para se tornar adulto a uma máquina em um parque de diversões.

CURTINDO A VIDA ADIVIDADO (EUA, 1986, 109 min), de John Hughes. No último semestre do colégio, estudante sente um incontrolável desejo de matar aula.

GOONIES (EUA, 1985, 115 min), de Richard Donner. Grupo de garotos descobre um mapa do tesouro capaz de evitar a destruição de suas casas.

ONDE?

Espaço Cultural Chico Lisboa
Trav. Venezianos, 19
Fone: 3224-6678

Museu da UFRGS
Av. Osvaldo Aranha, 277
Fone: 3308-4022

Sala Alzira Azevedo
Av. Salgado Filho, 340
Fone: 3308-4318

Sala Redenção
Rua Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308-3933

Salão de Ato
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308-3066

Usina do Gasômetro
Av. Pres. João Goulart, 551 - 4.º andar
Fone: 3289-8100

MÚSICA

OSPA-UFRGS

6.º CONCERTO OFICIAL - FESTIVAL ROBERT SCHUMANN



O último concerto da série que homenageia o compositor alemão apresenta a abertura da Ópera Genoveva, opus 81; o Concerto para Piano e Orquestra em Lá Menor, opus 54; e a Sinfonia n.º 1 em Si Bemol Maior, opus 38 - "Primavera". A solista convidada é a pianista Olinda Alessandrini, sob a regência do maestro Manfred Schmiadt. Data: 27 de abril (terça-feira). Local e horário: Salão de Ato, às 20h30min. Ingressos: R\$ 20 na

bilheteria do Salão de Ato, a partir de 26 de abril

VALE DOZE E TRINTA

NÉGA VÉIA

Show com a banda que mistura samba-rock, funk e MPB e faz um som ideal para se curtir e dançar. Atuante em vários bares de Porto Alegre e do interior do estado, o grupo, que se reapresenta no Projeto, é formado por Gérson (violão e vocais), Zinho (baixo e vocais) e Ronaldo (bateria e vocais). Data: 11 de maio (terça-feira). Local e horário: Praça Central do Câmpus do Vale, às 12h30min. Entrada franca

UNIMÚSICA

OFICINA COM DÉA TRANCOZO



Oficina que desenvolve a expressão corporal e vocal por meio de exercícios que combinam a utilização do corpo e da voz nos universos indígena, africano e hindu. A música de fundo são cantigas do Vale do Jequitinhonha. Data: 5 de maio (quarta-feira). Local e horário: Salão de Ato, às 20h. Inscrições a partir de 29 de março pelo site www.difusaocultural.ufrgs.br/agendamento.

TUM, TUM, TUM E TAMBORES DE MINAS

Depois de longos anos de pesquisa, a cantora Déa Trancoso propõe em seu primeiro disco próprio, intitulado Tum Tum Tum, uma viagem às origens do samba, desde os fundamentos até as nuances que essa célula rítmica vinda do Congo e de Angola ganhou no Brasil. Déa desenvolve trabalho influenciado pelos violeiros, cantadores e foliões do Vale do Jequitinhonha, reunindo catimbós, folias de reis, cocos, batucões, acalantos, lundus e congos. Data: 6 de maio (quinta-feira). Local e horário: Salão de Ato, às 20h. Retirada de ingressos a partir de 3 de maio na bilheteria do Salão, mediante a doação de 1 kg de alimento não perecível

Meu Lugar na UFRGS



FOTOS FLÁVIO DUTRA

Histórias, vinho e informática

A combinação é curiosa e revela um pouco da trajetória de Carlos Rech, que passou 30 anos de sua carreira rodeado pelos computadores do Centro de Processamento de Dados, o CPD. “Isso aqui é a minha vida”, relata. Também pudera, ele acompanhou grande parte da evolução da informática no mundo e o seu desenvolvimento dentro da UFRGS. Como essa é uma área em constante mutação, ele diz que seu trabalho exige atualização diária. “Devo estar atento às inovações”, comenta, acrescentando que sua função é capacitar os servidores da Universidade.

“Jamais pensei que iria treinar meus colegas”, fala, quando relembra seu ingresso no Centro. Começou como bibliotecário no Programa de Pós-graduação em Ciência da Computação, para substituir uma colega em licença. Segundo ele, nesse período não existia tanto apoio ao setor e “era tudo na base do ‘cada um se vira’”. Por isso, o CPD fez treinamento sobre as tecnologias ligadas à informática. Eram duas áreas naqueles anos: a divisão de computação e a divisão acadêmica, e Carlos inseriu-se na primeira. Em 1986, começaram os cursos para professores, servidores e para a comunidade, a fim de apresentar a Universidade por meio da Informática. “Nós vimos que era uma necessidade da própria instituição”, conta. Desde então, ele não parou mais: tornou-se técnico em assuntos educacionais e capacita servidores até hoje na Secretaria de Treinamento e Divulgação, que coordena. Fazendo a conta, já ministrou 786 cursos.

Apesar de desgastante, ele encara a atividade de sala de aula como um espaço de jogo, pois entende que é brincando com o conhecimento dos softwares que se otimizam as tarefas. “O computador é quem deve trabalhar para ti, e não tu para ele”, comenta.

Para o técnico, o mais fascinante é conviver com o “rico manancial que é a Universidade”. Carlos defende a vantagem do trabalho no CPD: através dele, entra em contato com todos os polos de pesquisa da UFRGS. Um

dos ambientes do Centro foi eleito por Carlos como o favorito para os momentos de descanso. “Quando há um pouco de marasmo ou de tensão, sento-me no banquinho à frente do CPD, à sombra.” Algumas das árvores foram plantadas por ele e, próximo à entrada, existe até uma piscina para passarinhos. “Próximo à natureza é possível se refazer”, conta.

Além do treinamento dos servidores, Carlos também coordena a Escola Superior de Redes da Unidade Porto Alegre, referência nacional no gerenciamento de computadores. Não foi por acaso que ele iniciou sua vida no CPD como bibliotecário: ele não esconde a paixão pelos livros, pois se diz um eterno curioso. “A informática é, na verdade, uma grande biblioteca. Assim como os livros, os computadores guardam ricas histórias, ainda mais na vida de alguém que tem a função de repassar a evolução tecnológica para os outros”, compara.

Mesmo apaixonado pelo que faz e pelo local em que trabalha, Carlos é enfático ao prever sua aposentadoria: “A última coisa que quero ver à minha frente quando sair daqui é computador”. Seu projeto para o futuro é “mexer com uvas”, confessa. A ideia surgiu num curso de enologia e viticultura que esteve sob a sua responsabilidade em Bento Gonçalves e em cujo currículo deveria haver uma disciplina de informática. “Fiquei três anos lá dando aula, mas aprendi muito mais sobre vinho do que ensinei sobre informática”, relembra. Ele quer plantar um parreiral no interior de Encruzilhada do Sul para produzir espumante. Mas também existe um plano B: “Se o espumante não for bom, a gente faz vinagre”, brinca.

Maria Elisa Lisbôa, estudante do 8.º semestre de Jornalismo da Fabico

Esta coluna é resultado de uma parceria entre o JU e a UFRGS TV. Os programas de televisão com as entrevistas aqui publicadas serão exibidos ao longo da programação do Canal 15 da NET às segundas, terças, quintas e sextas-feiras, a partir das 21h30min.

Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil Uma sacerdotisa da arte

**Bastidores
Pianista e
professora
aposentada,
Zuleika Rosa
Guedes revela
sua fé**

Jacira Cabral da Silveira

Ela brincou na Rua da Praia quando criança. Isso já faz 91 anos, pois a pianista e professora aposentada do Instituto de Artes da UFRGS nasceu no dia 7 de janeiro de 1919. O comentário de ser do signo de capricórnio soou estranho à musicista, que confessa não ter inclinações místicas ou religiosas. A crença de Zuleika Rosa Guedes é outra: “Minha fé está na arte, em todas as artes, porque elas são verdades”, explica.

Convicção que carrega desde menina, quando começou a aprender piano em casa, e que não abandonou mesmo depois, durante os estudos no então Instituto de Belas Artes. “O amor pela música é natural no ser humano”, argumenta, ao comentar sua paixão e o motivo que a levou a escolhê-la como carreira.

Zuleika recorda que, no início do século XX, Porto Alegre era uma cidade na qual a música tinha um caráter muito amador: “A profissionalização veio com os anos”, completa. E um dos promotores dessa evolução, de acordo com a pianista, foi seu professor Tasso Corrêa, responsável pela construção do atual prédio do Instituto de Artes, em 1943. Segundo ela, tal iniciativa representou à época um grande incentivo à formação e à identidade profissional dos músicos gaúchos.

Foi justamente a cátedra de Corrêa que Zuleika veio ocupar em 1959, depois de prestar concurso. Para a sua disciplina de piano no Instituto, trouxe os amigos Camargo Guarnieri e Francisco Mignone para ministrarem cursos a seus alunos. Muitos desses, hoje em dia, são profissionais reconhecidos fora dos limites do estado, como é o caso de Celso Loureiro Chaves e Ney Fialkow,

atualmente professores do curso de Música da UFRGS.

Tais vivências e o dia a dia no meio acadêmico, durante seus 25 anos de magistério superior, foram muito especiais para a pianista: “O fato de lecionar faz com que a gente examine e esclareça muitas coisas, o que não conseguimos quando somos estudantes. Por isso, acho que lecionar é um grande aprendizado, talvez o maior deles”.

Depois de muitas participações em concertos dentro e fora do país, Zuleika fundou o conjunto de câmara Trio Porto Alegre, com dois músicos da Orquestra Sinfônica da capital (OSPA): o violinista Fernando Hermann e o violoncelista Jean-Jacques Pagnot, falecido há seis anos. O grupo atuou por 30 anos e, nos últimos tempos, contou com a participação do violinista Telmo Jaconi, com quem Zuleika festejou, no ano passado, o aniversário dos 50 anos de criação do Trio.

Entre as obras que já publicou, a musicista destaca *O piano na música brasileira* (Movimento, 1992), que escreveu em parceria com Maria Abreu. O livro resulta de longa pesquisa sobre o aparecimento do piano no país. Sua mais recente publicação, *Correspondência de Frederic Chopin* (Editora da UFRGS, 2009), é uma tradução inédita do francês, cujo original foi publicado em 1981, em Paris, por Richard-Masse Éditeurs, em três volumes.

Saraus privados – Viúva do médico psicanalista Paulo Luís Viana Guedes, também musicista e compositor, eram comuns os saraus no apartamento em que vivia o casal e os filhos, Berenice e Paulo Sérgio. A grande amizade deles com Guarnieri fazia deste uma presença constante nos encontros musicais. Ao comentar sua vida com Guedes, a pianista lamenta ter sido um tempo tão curto, “apenas 29 anos”, diz. Isso porque: “Tudo deu certo com a gente, sempre nos demos muito bem”, recorda sem qualquer tom de melancolia.

A vida profissional intensa do casal colaborou com a sua total falta de inclinação para as atividades culinárias: “Sempre tivemos quem cozinhasse para nós”, comenta aliviada. E os filhos seguiram o caminho dos pais, com a agenda repleta de atividades. Paulo Sérgio fez psiquiatria,

como o pai, e Berenice música, como a mãe. E com o nascimento dos sete netos e sete bisnetos a família aumentou consideravelmente.

Embora Zuleika nunca tenha feito o papel da vozinha contadora de histórias, os netos a adoram por terem sido seus fiéis companheiros de viagens, entre outras, para o Rio de Janeiro, São Paulo e Orlando, na Disney. Hoje os bisnetos a olham de modo diferente de seus pais. Além do fato de serem muito pequenos, a bisavó já não viaja tanto quanto antes, nem os leva a recitais. Mas as reuniões de família permanecem frequentes, e a pianista sempre tem muito a falar com os netos e as namoradas dos netos – conversas que, invariavelmente, têm a música como foco principal.

zuzu@ – Há quem diga que a longevidade de um indivíduo é proporcional à sua capacidade de adaptação. Talvez seja esse um dos segredos de Zuleika, que com nove décadas de idade tem endereço eletrônico, zuzu@, e participa de blogues. Outra característica que certamente contribui para que mantenha a jovialidade é sua capacidade de preservar a esperança, ainda que a situação seja adversa: “Sempre fui assim”.

Entretanto, ultimamente confessa estar apreensiva com a situação da OSPA, até agora sem uma “casa” para ensaios e apresentações. “A única coisa que pode fortalecer um povo é sua vida cultural”, adverte. Ela condena a letargia com que o tema vem sendo tratado ao longo dos últimos anos pelos governos que se sucedem no município e no estado. Indignada com o descaso, profetiza: “As verdades dos políticos, amanhã ou depois, já não são mais verdades. O que fica é a obra do artista, porque tem perenidade”.

Agora ela sai menos, mas ainda acompanha a produção musical da cidade e toma seu milk shake perto de casa





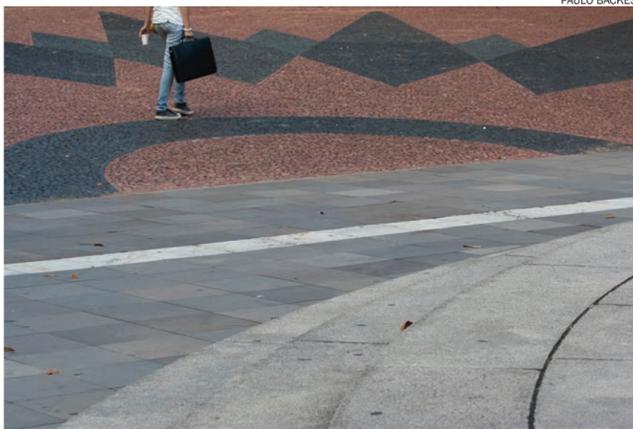
Porto Alegre 24h

TEXTO NATÁLIA BLUMBERG

A capital completou 238 anos. Aniversário que celebra a cidade, suas imagens, diálogos, lugares, pessoas e, mais do que isso, suas histórias. O Porto dos Casais não descansa: respira as 24h do dia. Guarda a memória dos fatos importantes e dos menos significativos também. É difícil, mas não impossível, ver, sentir e ouvir tudo o que ela tem a nos dizer. As fotos desta página fazem parte de um registro fotográfico realizado em comemoração ao aniversário da capital. O evento, promovido pela Editora Armazém Digital, foi intitulado POA 24h no Ciberespaço e contou com a participação de fotógrafos convidados. A proposta: retratar a cidade em cada hora do seu dia. As imagens carregam perspectivas sobre as diferentes Porto ALEGRES. Impossível reduzir mais de dois séculos de existência a uma forma, a uma imagem. A cidade natal, a cidade adotada, a Porto Alegre do novo milênio. Muitas são as facetas de um mesmo lugar, por isso, nessa coletânea, vemos a pluralidade retratada.



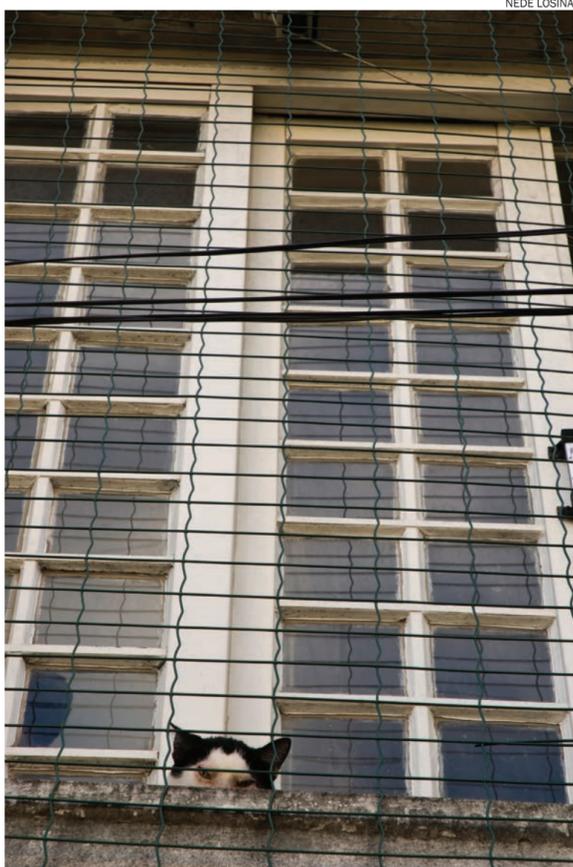
PEDRO REVILLON



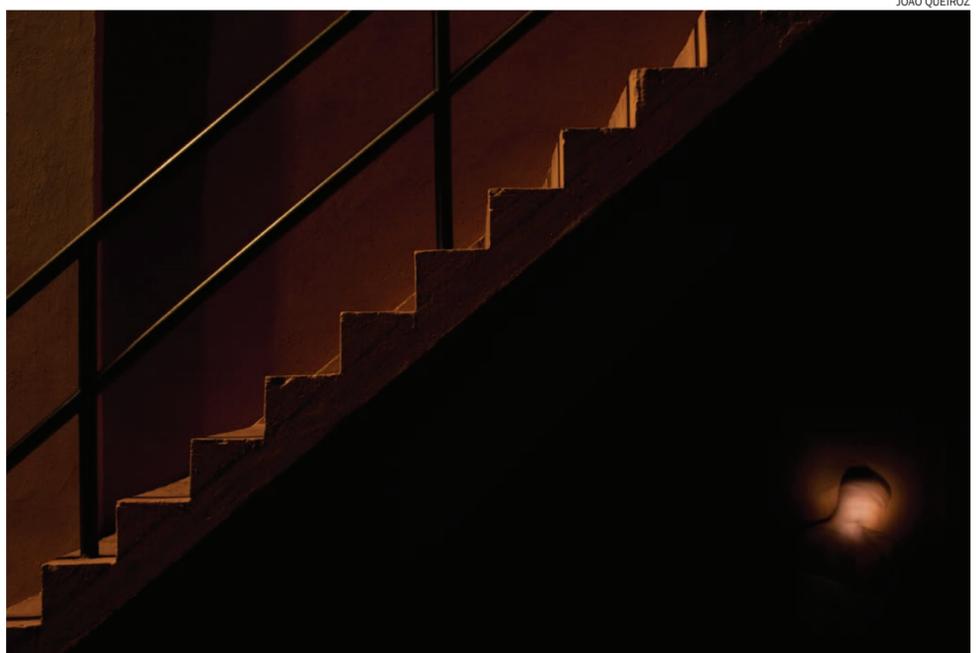
PAULO BACKES



FLAVIO DUTRA



NEDE LOSINA



JOÃO QUEIROZ

OS REGISTROS FEITOS NO DIA 26 DE MARÇO DEVEM VIRAR LIVRO E EXPOSIÇÃO. MAIS IMAGENS
PODEM SER VISTAS NO SITE WWW.ARMAZEMDIGITAL.COM.BR